



DL-01

Ses. Esp. 16/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial para debater a estruturação da cadeia da carne no Estado da Bahia, proposta por este deputado que vos fala, Mário Negromonte Júnior.

Gostaria de convidar, para compor a Mesa, o secretário da Agricultura do Estado da Bahia, Exmº Sr. Eduardo Sales, o diretor-geral da ADAB, Paulo Emílio Torres, representando toda a cadeia, e o presidente do Siconv, Júlio Farias.

Inicialmente, vamos ouvir o secretário Eduardo Sales, abrindo um precedente nas nossas sessões, mas por um motivo muito justo. Depois, falarei como proponente da sessão. Logo após, teremos a apresentação muito bem preparada da ADAB e passaremos a palavra ao Dr. Júlio e a outras pessoas que gostariam de contribuir para o debate.

Lembro que estamos aqui com a presença de alguns prefeitos, como Isacson Domingos, Elcio, o ex-prefeito Juca, de Tanque Novo, Dr. Adriano, Dr. Adolfo, da ADAB, e alguns donos de frigoríficos representando a região Norte, Juazeiro; do deputado Adolfo Viana, esse jovem deputado também muito atuante nessas questões, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Lembro, também, que alguns deputados estão em seus gabinetes acompanhando a sessão e outros estão chegando. Tivemos um feriado prolongado de sexta-feira até o dia de ontem. Alguns estão chegando de viagem e outros estão no engarrafamento, mas estarão passando aqui pela sessão. O deputado Cacá Leão está chegando e pediu para registrar a presença.

**2251-I****Ses. Esp. 16/11/11****Or. Eduardo Sales****Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Dando seguimento, passo a palavra ao secretário da Agricultura, que muito tem contribuído com o avanço da agricultura da Bahia, nosso querido amigo, Exmº Sr. Eduardo Sales.

O Sr. EDUARDO SALES:- Primeiro, quero agradecer o convite a mim e aos membros do governo do Estado, notadamente da Secretaria da Agricultura e da ADAB. Parabenizo o deputado Mário Negromonte Júnior por pensar numa cadeia tão importante como a cadeia da carne aqui no Estado da Bahia. Quero cumprimentar Paulo Emílio, diretor geral da ADAB, e demais membros da nossa agência; Júlio Farias, presidente do sindicato, e, na sua pessoa, cumprimento os demais membros da diretoria do sindicato.

A questão da cadeia da carne é um assunto em debate constante na Secretaria da Agricultura desde que assumimos. Então, naquela época, como subsecretário do secretário Roberto Muniz, já começávamos as discussões, porque quando entramos na secretaria, víamos que acontecia uma coisa muito complicada em relação à questão do abate. Como tem números hoje também significativos ainda, mas nós víamos números muito significativos do abate clandestino e queríamos achar uma solução que fosse viável para minimizar essa questão, pois diz respeito à saúde pública. A população baiana muitas vezes não entende quando falamos de abate clandestino. Mas é importante saber – e o Paulo Emílio Torres, que é veterinário e presidente da ADAB, milita nessa área há muito tempo e vai dar detalhes na sua apresentação sobre uma série de doenças muito graves que são levadas à população, às famílias. As pessoas, inconscientemente, achando que vão comprar uma carne mais barata, compram uma carne abatida clandestinamente.

Mas vimos que o problema é muito mais grave. A Bahia é um Estado de dimensões continentais, tem 56 milhões de hectares e tem nuances diferentes em cada região, na nossa visão. O Estado tinha um programa... E hoje eu conversava, inclusive, com o presidente do sindicato que a secretária de Agricultura do Mato Grosso do Sul, Tereza



Cristina, - ela era a presidente do Conselho de Secretários da Agricultura e me passou o bastão há um mês do Conseagri - lá no Estado dela, ela tem um problema muito grave e que se agravou mais ainda. Ela tinha uma concentração de grandes frigoríficos, renomados frigoríficos, conhecidos nacional e internacionalmente, no Mato Grosso do Sul. O que aconteceu? Com a crise da carne, que já vinha acontecendo há algum tempo, a questão da aftosa no Paraguai e outras questões inerentes, como a viabilidade dos frigoríficos, vários deles, quatro grandes frigoríficos no Mato Grosso do Sul fecharam as portas. Com isso, ela teve um grave problema, porque o abate clandestino aumentou significativamente. Ela disse que há muitas aldeias indígenas há muitos assentados da reforma agrária, e isso prejudicou muito essa questão da concentração do abate em determinados grandes frigoríficos localizados no Mato Grosso do Sul.

E na Bahia nós encontramos esse problema. Achávamos que a Bahia, que tem dimensões continentais, demandava um cuidado especial. E vimos que o frigorífico que, diziam, que era um padrão... Inclusive um deputado desta Casa, Luiz Augusto, e diversos outros deputados visitaram diversos lugares do Brasil para saber como operacionalizar essa questão dos frigoríficos. Visitaram, como ele disse, no Rio Grande do Sul, diversos frigoríficos pequenos, e nada era viável economicamente. Nós ouvíamos falar que um frigorífico era viável quando a construção dele fosse acima de oito milhões de reais. Isso foi comprovado há pouco tempo quando o secretário de Agricultura de Alagoas veio aqui comprovar outra viabilidade de um frigorífico menor. E naquele momento achamos que uma das soluções para minimizar o problema do abate clandestino era que tivéssemos dentro do mapa do território baiano condições de ter em alguns lugares, que chamamos de “buracos negros”, ou em função do tamanho do rebanho elevado ou em função das distâncias dos frigoríficos privados, que tivéssemos condições de fazer ali um frigorífico de menor porte.

A partir dali vieram estudos através de um frigorífico feito no Rio Grande do Norte, através da ADAB foi trabalhado, e nós, com o mínimo possível, conseguimos elaborar uma planta com abate de 30 modular, abate de 30 a 100 animais/dia.

Para esse frigorífico conseguimos recursos com o MDA e com o Ministério da Agricultura e estamos fazendo... No início eram 15 e vão ser 13 frigoríficos desse. Ao todo,



na Bahia, há 30 frigoríficos, entre privados e públicos. E a tendência agora, em construção, em licitação e em projeto, é de mais 23 frigoríficos, o que totaliza 53 no Estado da Bahia.

É importante que fique claro, e já expressamos isso para o presidente e para a diretoria do sindicato, que nós não temos interesse nenhum de que o Estado entre na iniciativa privada para poder dividir ou buscar concorrência com a iniciativa privada, de forma alguma.

Onde o Estado vê que a iniciativa privada quer entrar e tem um interesse em entrar, imediatamente o Estado sai do processo, como foi feito agora na região de Muquém de São Francisco. Será inaugurado no dia 25 um grande frigorífico privado. Em Itabuna, o Estado tinha um desses frigoríficos para abater 100 animais/dia. Seria realizado no município de Itabuna, e o município preferiu não fazer em função de uma iniciativa privada, trazer um frigorífico de maior porte.

Enfim, não queremos de forma alguma que o Estado se intrometa na vida privada. Ao contrário, queremos que onde for possível e interessante para a iniciativa privada, que ela se estabeleça e gere um lucro. Não estamos aqui para prejudicar. Estamos querendo dar uma condição para que também onde não exista um frigorífico, a gente possa ter.

Se esses mapas ou essa forma desses frigoríficos, esses 23 entre iniciativa privada e setor público, se algum deles faz algum tipo de concorrência à iniciativa privada, nós com certeza não pretendemos imediatamente ter nenhum projeto de frigorífico novo. Mas caso façamos novamente, não haverá problema para sentarmos e discutirmos essas questões com o sindicato dos frigoríficos, para podermos avançar juntos.

Voltando ao frigorífico que foi concebido por uma planta aqui na Bahia, esse frigorífico tem um custo de R\$ 1 milhão e 700 mil, abate de 30 a 100 animais/dia. Essa planta foi já solicitada por todos os secretários de Agricultura do País. Disponibilizamos gratuitamente, porque todos eles têm interesse. Acharam que a solução da Bahia foi importante para o Brasil. Portanto, o secretário da Agricultura de Alagoas veio com toda sua equipe, foi visitar um desses frigoríficos que está sendo finalizado em Guanambi, e para poder comprovar e mostrar que realmente um frigorífico desse porte pode ser feito com menos de R\$ 8 milhões, e nesses custos colocamos aproximadamente em R\$ 2 milhões.



Achamos isso pouco. Na verdade, o trabalho com a questão do abate clandestino, deputado Mário Negromonte, é árduo e difícil. Não pensem aqui que, de forma alguma, o Estado abre mão de estar sempre na busca de resolver os problemas. Só que costumo dizer, deputado, que a questão do abate clandestino é como a questão da Polícia Militar, a Segurança Pública. As pessoas sabem que o ideal seria ter um policial em cada esquina. Aquilo ali daria a sensação e daria a possibilidade a todos sentirem a Segurança Pública. Mas eu comparo isso com a questão do abate clandestino.

Infelizmente, nossos fiscais da Adab, da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, não têm condições de estar a cada esquina monitorando a questão do abate clandestino. Não adianta nós aqui termos a ilusão de que a gente vai controlar. A minha conversa é muito sincera com o sindicato, é muito frente a frente. Coloco sempre para eles que a prioridade nossa é a saúde pública. Então, se temos a saúde pública como prioridade e sei que é a dos deputados, vamos avançar com certeza para minimizar a questão do abate clandestino no Estado da Bahia. E temos feito esse trabalho com os frigoríficos.

Depois, vou falar um pouco da questão dos entrepostos. Mas estamos buscando saídas. Não creio que seja uma saída só o caminho para resolver. Não acredito que seja com o poder de polícia, de botar o policial ao lado e ficar fazendo batidas. Também não é, porque a população e os embates são muito violentos do outro lado.

Então, a gente tem que ter a noção precisa de que não adianta fazer uma ação de terror, pois imediatamente virá uma ação contrária, seja da população que muitas vezes não compreende ainda a questão do abate clandestino. Precisamos muito – o que costumo falar com a nossa turma da Abad – precisamos educar a população. Precisamos mostrar.

Acho que uma audiência como essa, puxada por você, deputado, é um momento muito importante para a gente passar para a população, porque ela, muitas vezes, não entende e, às vezes, vai contra o Estado, contra a ADAB, contra o Ministério Público achando que aquele papel não é correto, de fiscalizar, de buscar ser contrário ao abate clandestino.

E nós temos esse mesmo problema na questão do leite, do leite do balde também que a população não entende muito e às vezes vem do outro lado, dizendo: “Ah, coitadinho, a pessoa vendendo o leite ali no balde e vem a ADAB, vem a secretaria, vem o Ministério



Público, todo mundo querendo acabar com aquilo ali.” Então é a mesma coisa no abate clandestino.

Acho que o primeiro passo nosso, como volto a dizer, as soluções são várias, um primeiro caminho acho que é a questão educacional. Precisamos modificar. E, aí, entramos numa relação muito importante com o sindicato da carne, mostrando para eles que não adianta ficarmos apertando de um lado e do outro, porque, aí, vamos ficar brigando o tempo inteiro e ninguém vai levar vantagem nisso, porque a vantagem tem de ser da população. E não adianta, quanto mais o governo e o sindicato brigarem por uma coisa que é objetivo comum, ninguém aqui tem objetivo contrário que não seja esse, vamos estar prejudicando o andamento normal das coisas.

Essa é a minha visão e minha visão como secretário é bem aberta, bem clara e bem sincera com ele.

De forma alguma, quero que os frigoríficos tenham os índices que eles têm hoje de ociosidade. Não quero que a população receba e se alimente de uma carne clandestina. Mas, ao mesmo tempo, sei que não adianta fazer uma coisa de terror de um lado para o outro imediatamente, porque isso não vai resolver.

Se as pessoas estivessem do lado de cá, sentadas na cadeira de secretário, veriam que não é por aí o caminho. O caminho é do consenso, que passa, primeiro, pela educação, principalmente da população, para ela saber quais os riscos que a dona de casa corre ao comprar carne clandestina. Ela corre o risco de estar colocando em perigo a saúde de seu filho e de sua família. Então, esse é o primeiro ponto que acho fundamental, qual seja, trabalharmos juntos, em equipe, a Assembleia, os deputados, os prefeitos, os vereadores, os sindicatos. Aí é o caminho maior que acho.

O segundo caminho é o da questão de resolver, como fizemos, pulverizar a quantidade de frigoríficos para que tenhamos condição de, por exemplo, cito pra vocês o município de Barra, que estamos fazendo um frigorífico. Lá, somente dentro do município, tem 200 km de um distrito para sede e não tem um frigorífico próximo. Então, o que acontecia? Aquela pessoa vai mandar ali para abater no frigorífico em Barreiras? De forma



alguma. Não vai. E se não colocarmos um instrumento público ali para resolver o problema, não vamos conseguir avançar com isso.

Outro ponto que fizemos foi a questão dos entrepostos. Lançamos agora, pioneiramente, também no Brasil, a questão dos entrepostos frigoríficos. O que é isso? Nós vimos que não é necessário – e aí eu entro e concordo plenamente com os sindicatos – não é necessário e não é possível, não é viável economicamente termos um frigorífico a cada município da Bahia. São 417 municípios. E se abrirmos um frigorífico em cada um, vão quebrar todos. E não vamos ter condição, depois, de avançar na questão do abate clandestino.

Então, acredito que ainda faltam, sim, alguns frigoríficos – fora esses 30 existentes e mais esses 23 que estão sendo construídos. Acredito que sim, ainda vai faltar 7 ou 17 que sejam, frigoríficos. Mas, aí, gostaria que a iniciativa privada corresse atrás de fazer onde fosse viável. Onde não for, realmente, num consenso, numa conversa onde fosse socialmente importante nós termos, aí, sim, o Estado vai entrar. E, com certeza, independente de alguns gostarem ou não, onde é socialmente importante, o Estado vai entrar para fazer a sua gestão, porque, aí, é questão de saúde pública, é questão da população.

E, aí, lançamos ineditamente, há um mês, um outro programa, que é o programa de entrepostos frigoríficos, pioneiro no Brasil também. A ideia nossa é que tenhamos em cada município um entreposto desse, se possível mais de um por município, porque tem distritos grandes hoje, na Bahia, que já permitem ter um equipamento desse.

O que é esse equipamento que lançamos e também foi solicitado e disponibilizamos para todos os secretários de agricultura do país? São câmaras frigoríficas com paredes isotérmicas que são fáceis de montar. São montadas em 15 dias. Nós vamos montar esse equipamento ao lado da feira livre, ao lado do galpão da feira livre no interior do estado. Temos opção de 30, 50 e 100 carcaças nesses equipamentos, cada um, claro, com um preço diferenciado. O que acontece? A carcaça que vem do frigorífico, abatida legalmente, vai para esse entreposto num caminhão frigorífico, é descarregada e depois colocada no gancho. Segue num trilho e entra na sala de desossa, que é toda inox e tem uma câmara frigorífica para miúdos.



Dali vai para os açougues – que têm aqueles balcões frigoríficos de vidro financiados pelo Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenhbahia –, que expõem aquela carne que sai do entreposto durante a semana.

É um equipamento de alto nível, que custa entre R\$ 280 mil, o de 30 carcaças; R\$ 320 mil, o de 50 carcaças; e R\$ 580 mil aqueles para municípios muito maiores. O governo do Estado da Bahia agora está disponibilizando dez através da Secretaria da Agricultura.

Fizemos uma apresentação para todos os deputados estaduais e federais. Enviamos esse projeto com a planta para todos os prefeitos da Bahia, solicitando que eles entrem em contato com o deputado federal, que é eleito pelo município deles, para pedir um equipamento dessa relevância para o município. O prefeito estará cuidando da sua população e, conseqüentemente, angariará os votos, porque quem cuida da sua população cuida também dos seus votos. O deputado federal coloca uma emenda, por exemplo, de R\$ 280 mil, e a Secretaria da Agricultura, mesmo com todo o sacrifício, com a dificuldade de orçamento, pois temos um dos menores do Estado, vai dar a contrapartida.

Colocaremos 10% desses valores para mostrar a importância e a prioridade que é para o Estado combater o abate clandestino. Pretendemos ter, pelo menos, em torno de 150 equipamentos desses. Já há deputados ligando. Um vai colocar 9; outro 5. Ontem mesmo, um deles me ligou querendo colocar mais 5 entrepostos frigoríficos desses.

É outro equipamento que, sem dúvida, vai minimizar essa questão do abate. Por quê? Porque ali a Vigilância Sanitária... Entendam bem que essa ação não é só da Secretaria da Agricultura e da ADAB, cabe muito às Vigilâncias Sanitárias dos municípios. Se não houver uma estrutura organizada desses órgãos, não vamos a lugar nenhuma. Temos de estar juntos, o Ministério Público, a Secretaria da Agricultura, através da ADAB, as Vigilâncias Sanitárias, os sindicatos, a população pressionando.

Portanto, através de uma gestão conjunta de tudo isso, sem dúvida, vamos avançar cada dia mais e buscar minimizar o abate clandestino na Bahia. Não quero me estender, deputado, o Paulo Emílio vai detalhar tudo isso. Mas queria aproveitar a oportunidade, já que muitos deputados desta Assembleia fazem chapa combinada com deputado federal – sei que



os parlamentares estaduais não têm essas emendas –, para alertar que este ano o governo federal vai disponibilizar R\$ 15 milhões de emendas para cada deputado federal.

Então faço um apelo para que conversem com os seus deputados federais, com os seus prefeitos e coloquem equipamentos como esses entrepostos em cada canto da Bahia, para que possamos fiscalizar. Porque nesse entreposto a carne não vai entrar clandestina; nele só entrará carne vinda diretamente dos abatedouros, dos frigoríficos.

Fora isso, deputado, temos feito um trabalho com a ADAB. Volto a dizer, não temos um fiscal nem um policial para estar em cada esquina. Mas temos feito um trabalho dentro do possível, inclusive junto com a Secretaria da Fazenda. Tivemos uma conversa com o sindicato, e este nos mostrou algumas opções. Tivemos com o secretário da Fazenda para poder atuar junto com a Pasta dele.

E não é só apreendendo a carne, mas também multando aquela pessoa, porque a carne quando é transportada, deputado, diretamente de um frigorífico fiscalizado para a feira livre, por exemplo, ela não paga o ICMS. Só que quando ela é abatida clandestinamente não tem esse carimbo do S.I.F. E ela tem que pagar o imposto. Além da apreensão, a pessoa ainda recebe a multa. Estamos fazendo um trabalho conjunto.

Prontifiquei-me também, para abrimos esse debate, a sentarmos juntos numa reunião, porque, deputado, não temos vergonha, não temos medo de nada. Tentamos fazer o máximo possível a todo momento. Não temos vergonha do trabalho que é feito pela Secretaria, pelo contrário, muito nos orgulha o trabalho que é feito pela ADAB. Se não fazemos mais é porque não temos instrumentos, pessoas, e não vamos nunca conseguir abranger um território dessa dimensão para fazer um trabalho que seja 100% garantido em relação ao abate clandestino.

Mas, deputado, volto a dizer, estamos abertos às sugestões dos demais deputados, colegas seus. E gostaríamos de parabenizá-lo por uma sessão como esta.

A Secretaria, numa reunião que pretendemos fazer com todos os entes envolvidos até o início de dezembro, discutirá meios com todos eles, porque acho que não é um só, são diversos, e poderemos avançar conjuntamente.

Muito obrigado, novamente, pelo convite.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Nós é que lhe agradecemos, secretário, por sua participação.

(Não foi revisto pelo orador.)



2252-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Mário Negromonte Júnior

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Gostaria de registrar a presença do deputado Joseildo Ramos e chamá-lo para compor a Mesa. Ele que muito ajudou Alagoinhas, inclusive na implantação do frigorífico que é referência, o Frigoalas, do Mairton.

Também quero fazer o registro das presenças aqui de Ieda Brito, agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste; Willadesmon Santos da Silva, presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários; Jorge Mota Amorim, diretor executivo do Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado da Bahia (Sincar); Alber Rezende, que é diretor e representa aqui o Confrigo; Tatiana Ribeiro, representando toda a Assessoria de Imprensa do secretário Eduardo Salles; José Antônio Almeida, diretor-presidente do Frigorífico Abatal, em Juazeiro; e de Antônio Siqueira, assessor técnico do Sincar.

Vou falar daqui mesmo.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Gostaria de dizer por que estamos promovendo esse debate nesta Casa. Não sou do ramo da carne, não tenho qualquer frigorífico. Mas vim do interior, da Cidade de Paulo Afonso, e quando fazemos campanha, sobretudo nessa região, apesar de haver um frigorífico lá, percebemos que há uma cultura latente – não só em minha região, como em todo o Estado da Bahia, secretário e todos que estão aqui, participando conosco – de se abater o animal no mato e se colocar a carne na pedra à serviço do sol, para o sol matar os micróbios.

E sempre vi isso com muita preocupação. Até falamos muito disso em nossa plataforma de campanha, da importância de levarmos qualidade à carne.

Também por viver muito no interior, por ser um deputado do interior, consumo muito dessas carnes oriundas de animais abatidos no mato. Portanto, minha preocupação também é com minha saúde e com a saúde das pessoas que, sabemos, consomem essa carne.



Tive a oportunidade de caminhar com o governador e, conseqüentemente, com Eduardo Salles, e também com o ex-secretário Roberto Muniz. E, hoje, o corpo técnico da Secretaria está todo imbuído do propósito de dar continuidade a um trabalho sério.

E aqui, Eduardo, quero parabenizá-lo, porque esta sessão também serve para isso, o reconhecimento, acredito, é de muitos deputados que estão aqui pelo trabalho que V.Ex^a tem feito na Secretaria.

Se, rapidamente, pegarmos pontos que foram fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento da agricultura, pegamos aqui o fim da zona tampão. Vocês que vivem aqui todo dia abatendo com os seus frigoríficos de carne, sabem a importância do fim da zona tampão e de se comercializar com outros estados aqui em outras regiões do próprio estado, isso foi de fundamental importância.

Acho que a questão, Eduardo, que o governo do Estado, através da sua gestão tem feito para regionalizar os matadouros, foi uma atitude bastante pensada, mas que vai trazer efeitos positivos muito grandes. Hoje em dia, em Alagoinhas, em outras regiões que têm ainda frigoríficos particular ou privado, nós podemos perceber que existe uma demanda muito grande do Estado e que vocês hoje já podem suprir essa demanda. Mas o que falta são pequenos detalhes, ferramentas que possam proporcionar um trabalho de desmistificar com o marchand, com os açougueiros a importância de estar levando isso aos frigoríficos, para ter uma carne de qualidade para o cidadão, para o comerciante e ao mesmo tempo combater a ociosidade que encontramos ainda nos matadouros.

Então, pude participar de alguns debates com todos os setores, os marchands, os açougueiros, inclusive os frigoríficos, muitos deles até aderindo a esse movimento e voltando para agradecer, porque eles estão vendo o retorno da sociedade e do consumidor, que passa a consumir mais a carne por ter mais segurança daquela carne que está sendo comprada.

Parabenizo o governo do Estado, o Secretário, mais um vez, por essa iniciativa de combater a ociosidade dos matadouros, e essa campanha também de desmistificar, assim como o Ministério Público que não pode estar presente aqui, mas tem feito uma ação muito forte junto com a Adab e a Secretaria no combate ao abate clandestino. Mas sabemos que precisamos avançar muito e foi em razão disso, Secretário, que eu tive a felicidade, nessas



discussões que tivemos, de trazer algumas ferramentas para ajudar essa ação conjunta, trazendo uma ferramenta um pouco mais estruturada que foi a questão do entreposto, que foi muito bem detalhado aqui por V.Ex^a. Acredito que foi uma iniciativa inovadora. Eu estava, outro dia, na região de Paulo Afonso, que faz divisa com três estados, Bahia, Alagoas e Pernambuco, e secretários municipais de outros estados nos ouviram falando sobre isso e já queriam marcar audiência aqui com o Secretário Eduardo Sales para copiar o modelo e levá-lo para outros estados. Tenho certeza que esses 10 entrepostos que vão ser lançados de forma experimental vão ter um efeito muito positivo.

Fico muito feliz em ter sido o proponente desta iniciativa, desta ferramenta maravilhosa que o Estado, dentro de pouco tempo, vai dar para a sociedade para que a sociedade e os municípios possam prover uma carne melhor para os seus munícipes e os cidadãos. É uma forma de demonstrar o meu reconhecimento, acredito também que de boa parte do trabalho que a Adab e a Secretaria estão fazendo, mas sabemos que precisamos avançar muito mais. Tenho recebido muitos agentes e fiscais da Adab e tenho conversado inclusive com o pessoal do Ministério Público, do TCE e de outros órgãos fiscalizadores que gostariam de que houvesse uma ampliação dos quadros, do contingente dos fiscais da ADAB.

Paulo Emílio pode me corrigir logo depois de minha fala. Mas o que me parece é que, para que possamos combater o abate ilegal, existe um déficit muito grande, sobretudo nessa questão fiscal. Então, talvez, a partir desta sessão, possamos encaminhar um documento ao governador, fazendo algumas solicitações e até um relatório final, inclusive levando conhecimento e o aval de vocês, da ADAB e da Secretaria da Agricultura, e do secretário, para que possamos dar uma contribuição maior.

Mas o que vejo, Paulo Emílio, é justamente isso. Parece-me que já há um chamamento por parte do Ministério Público para que haja uma troca do que hoje conhecemos como REDA para o concurso público. Acho que você vai poder falar um pouco mais sobre isso. Mas esse é o entendimento que também tenho. Precisamos remunerar mais, melhor, e ter uma consistência, porque, a todo momento, esses fiscais estão em área de risco.



Ao fiscalizar necessitam, em grande parte, do Ministério Público e, às vezes, das Polícias Civil e Militar. Então se sabe que ali existe um teor de periculosidade para esses fiscais.

Portanto, são essas questões que a gente vê que precisam ser ampliadas. Noto que a Secretaria da Agricultura tem avançado muito. Vejo aqui os deputados Joseildo e José de Arimatéia, que é presidente da Comissão de Saúde, da qual também faço parte. Eduardo falou muito bem: quem faz agricultura também tem que pensar em conjunto com a saúde, por isso faço parte das duas comissões, para andar *pari passu* com a saúde pública e agricultura.

Que a gente possa fazer o encaminhamento dessa reunião com o governador para podermos ampliar o orçamento da Secretaria de Agricultura, para que possamos levar mais entrepostos. O ideal seria levar um entreposto para cada cidade. Mas seria um sonho muito grande fazermos isso, até porque o entreposto não é tão caro, mas também não é tão barato, parece-me que é em torno de R\$ 290 mil, e de R\$ 580 mil o de 100 metros quadrados, que é um pouco maior. Para a maioria das cidades pequenas, o de 30 metros já seria de bom tamanho.

Sei que a questão do concurso não é fácil para o governo do Estado. Existe uma crise mundial ainda. A todo momento, abrimos o jornal e vemos a Itália, a Grécia e, agora, a Espanha, enfim, cada país desses na iminência de entrar em depressão e recessão. Então, temos de olhar com muito cuidado o cenário econômico mundial, nacional e estadual, mas precisamos também debater as melhorias.

Acredito que levando ao conhecimento do governador a necessidade – nós, que estamos a ponto de votar nesta Casa o Orçamento do próximo ano, parece-me que em meados de dezembro – e a importância de ampliarmos um pouco em relação ao que foi o Orçamento deste ano da Secretaria de Agricultura, que foi votado no ano passado, no orçamento que vai ser votado para o próximo ano. Tenho certeza de que este é um pedido que extrapola a minha pessoa. Tenho certeza de que toda a Casa e a Comissão de Agricultura gostariam que houvesse isso; mas, obviamente, o governador irá analisar e atenderá dentro das possibilidades.

Agradeço a todos vocês por terem vindo, ou seja, se deslocado de Juazeiro, Conquista, Alagoinhas e outras localidades para nos ajudar.



Gostaria de ouvir todos vocês para que possamos promover o relatório desta sessão e ampliar ainda mais. Quero pedir desculpas pela ausência de deputados que ainda estão voltando do feriadão. Tentei prorrogar essa sessão em razão disso. Mas temos uma agenda muito cheia de pedidos de sessões especiais, e eu não poderia perder a oportunidade, de antes do encerramento do ano letivo, fazermos um debate como este, já que tivemos o lançamento interposto, a questão da regionalização dos matadores que está andando. Precisamos avançar um pouco mais e, para isso, é necessário um orçamento maior da Secretaria de Agricultura e precisamos dar um corpo mais forte para a ADAB, para que possa andar e caminhar mais forte.

Então, em razão de tudo isso, foi que propusemos essa questão e que, sem mais delongas, passo ao Dr. Paulo Emílio para que possa fazer uma apresentação aqui um pouco mais detalhada das ações e avanços da ADAB, inclusive, trouxe aqui um vídeo, e Dr. Adriano e Dr. Adolfo estarão ajudando.

Quero, Dr. Emílio, parabenizá-lo pela ação e passar a palavra para que assuma a tribuna. Antes porém o deputado Josenildo Ramos precisa se retirar. Portanto concederei a palavra a ele.

(Não foi revisto pelo orador.)



2253-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Joseildo Ramos

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE(Mário Negromonte Júnior):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom-dia a todos e todas que aqui estão. Quero parabenizar indistintamente todos que estão na Mesa na figura do nobre deputado Mário Negromonte Júnior.

Peço desculpas ao nosso Paulo Emílio por não poder permanecer na sessão, pois participarei da instalação da Comissão de Meio Ambiente da qual sou membro, portanto há uma questão mais imperativa da minha presença lá. De uma forma ou de outra, temos formação profissional na área, pois sou agrônomo, portanto, é uma atividade profissionalmente correlata e que tem o seu cotidiano nessas questões.

A minha presença aqui é tão somente no sentido de parabenizá-lo. É pena que esse dia hoje traz uma circunstância de que no meio da semana tivemos um feriado e os deputados estão voltando. E é pena o prejuízo, porque o maior número de pessoas deveria estar aqui produzindo, aprofundando esse debate tão importante para a Bahia, que é vocacionada para a produção de carne. Mas que tem muita coisa a andar no ponto de vista de produtividade, de tecnologia, uma série de coisas e essas discussões alinhadas são muito oportunas.

Brevemente, não quero gastar o tempo em outras questões por falta de oportunidade mesmo, quero dizer que ações como essas são importantes para que a Casa realize um grande debate de temas que são muito caros à qualidade de vida do nosso povo.

Então, o parabenizo mais uma vez. Reafirmo que estaremos coadjuvando sempre que possível essa iniciativa que você preside nesse instante.

Um grande abraço e felicidades a todos. Parabéns ao dr. Eduardo Sales que estava há pouco tempo aqui protagonizando uma brilhante apresentação do trabalho que tem feito à frente de uma secretaria tão importante como a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia.

Um abraço.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



2254-I

Ses. Ord. 16/11/11

Or. Paulo Emílio

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Agradeço ao grande deputado Joseildo Ramos que incentivou, volto a dizer, a ida de um frigorífico para Alagoinhas na época que era prefeito, demonstrando seu total conhecimento e compromisso com o setor e com o desenvolvimento dele.

Gostaria de passar a palavra para o nosso querido diretor-geral, presidente da ADAB, Dr. Paulo Emílio.

O Sr. PAULO EMÍLIO:- Bom-dia a todos, senhoras e senhores! Cumprimento o deputado Mário Júnior por esta sessão especial, agradeço o convite para a ADAB, para a gente vir aqui debater; Júlio, presidente do Sincar, parceiro dessa estruturação da cadeia produtiva da carne; deputado Joseildo; deputado Arimatéia; os deputados que não puderam se fazer presentes a esta augusta, como foi colocado aqui, em virtude do feriado de um tema tão importante, tão proponente como esse; Iêda, Banco do Nordeste; meu colega, presidente do sindicato; Desmon; Toninho; empresários de Juazeiro; prefeitos e representantes; Antônio Cerqueira; Albert; nosso amigo Jorge; os colegas; agradeço ao Dr. Adolfo, diretor-administrativo; Adriano, diretor de inspeção; e todos os presentes aqui nesta sessão especial, inicialmente, deputado, antes do debate, queria fazer uma pequena apresentação. Acho que é importante, até para a gente estar alinhando algumas ações estruturantes enquanto política pública a qual a ADAB vem desenvolvendo junto à Secretaria do Estado. Dizer que essa estruturação da cadeia da carne perpassa por todos os entes, desde do produtor até o consumidor.

O frigorífico e a ação fiscalizatória são parte do processo. Toda a demanda que vai estar sendo discutida aqui, com ações de políticas nesse sentido, também, contribui positivamente para que a gente tenha sucesso. E a Bahia, como disse o nosso secretário, Dr. Eduardo Sales, empenhado nas discussões atinentes a esse assunto, vem se destacando muito frente a outros estados, principalmente no Norte-Nordeste. Gostaria, Adriano, inicialmente,



de falar um pouco sobre essa estratégia de desenvolvermos a segurança alimentar. Lembrando, deputado Arimatéia, que é presidente da Comissão de Saúde, tivemos, deputado Mário Júnior, a IV conferência, recentemente, instalada aqui na Bahia, participamos da abertura, que discute a segurança alimentar no seu âmbito mais amplo de oferecer e ofertar, de fato, alimento em quantidade e qualidade para toda a população.

Haja vista que hoje temos paradigmas para ser quebrados, que é o da fome. Quer dizer alinhado ao programa federal e estadual de desenvolver ações que desmistifiquem e tragam saúde através da segurança alimentar. Mas, realmente, trazer alimento para quem mais precisa e não as pessoas ficarem morrendo de fome como temos visto em algumas situações não Brasil, como no mundo também. Então, combater a fome e a miséria é uma ação de segurança alimentar. Estamos alinhados a esse propósito.

Recentemente, tivemos a oportunidade de poder falar, deputado Arimatéia, numa Comissão de Agricultura sobre os problemas e os perigos que o alimento se de qualidade duvidosa ou se de qualidade ruim pode levar as nossas famílias. Quero dizer que hoje, no Brasil, temos um grande problema, e a Bahia não é diferente, as subnotificações. São pessoas que adoecem, não procuram o sistema de saúde. Muitas vezes, não sabemos exatamente do que adoeceu. Um exemplo clássico é ter um desconforto gastroentérico e não procurar notificar o sistema de saúde de que teve esse problema oriundo de um alimento ou água que consumiu contaminada.

Isso é muito subnotificado no nosso Estado, não diferentemente no nosso País. Trago alguns relatos que pelo mundo pessoas andam morrendo ao consumir carne, como é o caso específico do Japão – pode passar Adriano. Tenho o caso de listéria, que é uma bactéria bastante invasiva, também em carne no Canadá – pode passar -; problema nos Estados Unidos com *escherichia coli*. Então, esse não é um problema pontual, não é um problema do Estado da Bahia, nem dos municípios que o compõem, mas sim um problema mundial.

Em nosso Estado, assim como nos demais, também há subnotificações, ou seja, pessoas adoecem e não sabem por que adoeceram. A carne e os produtos de origem animal são um dos principais veiculadores de uma série de enfermidades que trazem angústia aos nossos lares e famílias. Este gráfico traduz exatamente o que acabei de dizer, 12% de todos



os surtos alimentares que ocorrem no nosso País são oriundos do consumo de carne. E olha que o número de subnotificações é muito grande, é imperativo nesse processo. O sistema de saúde brasileiro aponta que, no Brasil, cerca de 12% das pessoas adoecem em razão do consumo de carne. A carne é um dos principais veiculadores de doenças, perdendo apenas para os ovos e saladas mal cozidos.

O propósito dessa discussão, como foi colocado pelo deputado Joseildo Ramos, de o senhor, deputado Mário Negromonte Júnior, realizar esta sessão especial, inclusive indicando ações alternativas para que possamos cada vez mais combater o problema da clandestinidade e o problema maior que é o da saúde da nossa família, é destacar que essa responsabilidade é compartilhada, ela não é única e exclusivamente da Secretaria da Agricultura, mas também da Secretaria da Fazenda.

Quero lembrar, inclusive do que foi colocado pelo secretário: nas ações de fiscalização são tributados aqueles animais ou carcaças que foram obtidos em abate não inspecionado. Assim, além da apreensão há a tributação na ordem de 17%, porque o governo do Estado só desonerou os animais que vão ao abate inspecionado.

Esse é um problema – como eu disse anteriormente – de todos, inclusive dos consumidores. Precisamos, realmente, utilizar essa responsabilidade compartilhada e desenvolver ações multilaterais e multidisciplinares para que unidos consigamos – como disse bem o secretário – sair de uma situação que, hoje, o Estado da Bahia se destaca por ter avanços significativos.

Temos a portaria de nº 304/1996, a qual chamamos de norteadora...Naquele momento, ações legais foram desenvolvidas no sentido de tratar a carne consumida no País. A portaria é de 1996, e naquela época tínhamos um número diminuto de unidades frigoríficas legalizadas funcionando, mas hoje podemos ver um grande avanço. Temos em torno de 26 estabelecimentos para grandes ruminantes, principalmente para bovinos, e 4 para pequenos ruminantes, envolvendo caprinos e ovinos, perfazendo um total de 30 frigoríficos. Assim, se fizermos a relação ano da portaria com a nossa ação atual, crescemos, deputado Mário Negromonte Júnior, mais de um frigorífico por ano. O que demonstra, em caráter bastante proeminente, a questão do incentivo e da iniciativa privada de buscar alternativas no sentido



de desenvolver ações que possam minimizar a nossa angústia maior, que é comercializar um produto de qualidade duvidosa.

Deputado José de Arimatéia, constantemente temos sido questionados sobre a evolução do abate, se ele tem diminuído, se ele tem aumentado, e os números nos mostram de maneira bastante positiva o quanto nós evoluímos nesse sentido. O quadro em coluna, deputado Mário Negromonte Júnior, reflete o crescimento do abate. Em 2010, houve o abate de quase 1 milhão e 200 mil animais por ano. Aquela linha tênue demonstra o rebanho baiano. Então, percebemos que o rebanho está estabilizado e o abate inspecionado cresceu. Certamente o abate clandestino diminuiu. Então, são esses números que precisamos exercitar.

Temos questões pontuais, como a de frigoríficos que estão trabalhando com sua capacidade dentro dos limites e como a de frigoríficos – a exemplo do que foi colocado, aqui, de Alagoinhas – que têm capacidade pujante, mas que estão trabalhando na ociosidade. Temos o exemplo do frigorífico de Juazeiro – está aqui o empresário que investiu também numa região que é pujante e tem uma capacidade produtiva muito grande – que passa a ter um papel fundamental também para a saúde pública e que tem também algumas dificuldades nesse sentido. Esse gráfico apenas caracteriza que há, realmente, de um modo geral o aumento do abate inspecionado.

Isso aqui também uma conta para reforçar esse número de 1 milhão e 118 mil. Quero dizer que demanda vezes o consumo pode ser calculada de várias formas. Existe uma forma clássica de se calcular que é o consumo per capita nacional que gira em torno de 37 kg por habitante.

Então, se multiplicarmos 37 pela população baiana teríamos a demanda de carne no Estado, diminuído a isso teríamos o abate fracionado, fora o que entra de carne, - eu estava conversando com Júlio, principalmente 90% das carnes desossadas vêm ainda de fora, - então este é um dado muito importante, e teríamos uma taxa de desfrute do rebanho em torno de 19%, com o abate inspecionado de 35% a 40%, o que já é uma evolução muito grande se compararmos a 96, o que caracteriza que realmente as ações de políticas públicas desenvolvidas aqui pelo Estado da Bahia vêm sendo norteadoras para muitos estados brasileiros.



Apresentei esse quadro no lançamento dos entrepostos, deputado, V.Ex^a estava lá, para dizer que o abate clandestino é muito mais oneroso para quem abate, para o marchante que compra do pequeno produtor e leva para o abate clandestino do que se ele levar para uma rede frigorífica inspecionada, principalmente em função da valorização da pele e dos miúdos. Então, abater clandestinamente, além de ser um agravo à saúde de nossas famílias economicamente é muito mais caro, o que se torna inviável quando comparado com o abate inspecionado.

Júlio, como presidente do sindicato, pode fazer um pronunciamento nesse sentido, mas, de fato, a matemática nos aponta para que o abate clandestino traz esses problemas de ordem também econômica. Como disse o secretário, é importante que nós que estamos no serviço público, eu já estou na ADAB há aproximadamente 12 anos, e percebemos o quanto evoluímos nesse sentido, porque temos a necessidade de tratar políticas que venham minimizar e trazer benesses a nossa população.

A questão da descentralização do abate e dos entrepostos frigoríficos são ações que se somam, mas não são as únicas que vão trazer realmente a solução do problema, passam a ser efetivamente ações que se complementam. Enquanto políticas públicas foi falado para o secretário o projeto de descentralização de pequenas unidades frigoríficas, projeto esse que a ADAB desenvolveu com seu corpo técnico que se expandiu para outras secretarias estaduais, para outros estados da Federação com uma planta básica que tem a capacidade de abater uma quantidade que atenda à população local e pequenos municípios que ali circundam como uma forma alternativa onde a iniciativa privada, a priori, não se faz presente.

Quero dizer que esse projeto conseguiu inclusive, salvaguardar o projeto de emenda para 100 animais e segurar esse dinheiro para o nosso Estado, que estava voltando, porque não conseguiu conceber um projeto a tempo. Então essa planta foi norteadora nesse sentido, o que faz da ADAB não só um órgão de fiscalização, mas um órgão de fomento, porque tem produzido também ações nesse sentido.

Trouxe como perspectiva 2012 esse frigorífico que está sendo construído pela iniciativa privada em Guanambi, cuja planta do projeto é original, que colocamos para 30 animais, que se ampliou basicamente alguns setores da produção, principalmente a parte de



curral e frigorificação e se transformou num projeto de 300 animais/dia. Tivemos a satisfação de conhecer esse projeto e ele, na prática, Júlio, está bem fundamentado e vai levar para aquela região uma série de benefícios.

Um projeto também trabalhado pela iniciativa privada, mas com o apoio técnico da ADAB, que está sendo inaugurado na Região Oeste, especificamente no município de Muquém, uma região que é pujante na produção pecuária, destaque para Muquém, Vanderlei e outros municípios circunvizinhos. Então, esse projeto que está sendo inaugurado agora no dia 25 e que vai trazer uma série de benefícios para a população do Oeste baiano.

Esse quadro, em azul, representa a situação dos 30 frigoríficos existentes e, em vermelho, projetos prospectados pelas iniciativas privada e pública. Alguns da iniciativa pública foram recursos buscados pela prefeitura municipal com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi falado aqui pelo deputado, e ele foi um dos grandes incentivadores desse projeto, imbuído que está da preocupação de estruturar a cadeia produtiva da carne, foi feito um lançamento desse projeto, o projeto que chamamos Projeto de Entrepasto Modular. O secretário já fez alusão a ele aqui. Nada mais é do que trabalhar junto aos centros consumidores uma área modular frigorificada para que possa realmente dar prosseguimento à qualidade da carne que vem dos frigoríficos.

E, aqui, coloco para os prefeitos a necessidade do engajamento da prefeitura municipal, principalmente porque são projetos que dependem de ação e bastante contundente da vigilância municipal local. Então ela tem um papel fundamental como um dos elos dessa cadeia produtiva.

Como disse anteriormente, ela é multidisciplinar mas é totalmente integrada. Então, os 417 municípios do nosso Estado precisam estar totalmente engajados dentro desse contexto para que se tenha uma ação política cada vez mais exitosa. Esse projeto se caracteriza por três tipos de tamanho, sendo que a grande maioria dos municípios atenderia o projeto de 30 animais/dia, como capacidade ideal e tem o valor orçado em aproximadamente R\$ 285 mil.

Quero dizer que entrepostos frigoríficos já foram utilizados como políticas públicas mas precisamos melhorar para não errar como erramos no passado. Muitos desses



entrepósitos não foram colocados em locais adequados e, por isso, apenas oito inicialmente, de 18, estão funcionando. Precisamos entender que esse é um modelo que tem a condição de ser modulado. Ele pode ser ampliado. Numa estrutura física como vimos anteriormente no *slide*, uma vez instalada, só derrubado e construído novamente. Então por isso a facilidade de realmente ter no engajamento de ser modular.

Vamos entender, de maneira prática, que um prefeito resolva mudar o seu centro comercial dentro do município. Então essa estrutura modular que hora apresentamos poderá tranquilamente seguir esse novo empreendimento. E quando ela é feita numa estrutura física presa precisa ser destruída e o dinheiro público passa a não ser utilizado de uma maneira bastante eficiente.

Nesse vídeo, vou comentar sobre como funciona, em boa parte do nosso Estado, a ação de desossa que seria: um animal morreu, foi abatido clandestinamente e a desossa é feita também clandestinamente. Depois, essa carne vai para as nossas feiras que também não estão adequadamente preparadas. A nossa preocupação é com a saúde pública. A Adab, enquanto órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, tem uma preocupação muito grande com todos os municípios, com a toda a população do nosso Estado. E uma carne obtida dessa maneira, de maneira nenhuma tem condição de salvar a saúde das nossas famílias.

Então é importante a mobilização, deputado. Reiteradamente, vou agradecer pela oportunidade de podermos levar, de maneira educacional, ações que venham a minimizar os problemas de saúde pública voltados para toda a população do nosso Estado em virtude da carne.

Esse outro vídeo complementar é uma ação correta, uma ação que estamos vislumbrando através desses entrepostos que hora falamos aqui. Sairá a carne obtida de maneira inspecionada e correta por esses empresários que aqui se fazem presentes. Saem em caminhão com refrigeração ou caminhão isotérmico a depender da distância e vai para uma estrutura pequena modular para poder salvar a integridade do frio e da carne para que possa ser posteriormente comercializada nos centros comerciais.

E aí volto a solicitar dos prefeitos um engajamento nesse processo, que adéquem os seus centros comerciais através também de emendas parlamentares que é muito



importante, porque também não adianta trabalhar uma carne que saia dentro dos padrões legais, dentro da qualidade esperada se for comercializada de qualquer forma. Então é importante que seja obtida, os cortes cárneos, os funcionários totalmente paramentados, enfim, que dê prosseguimento à qualidade da carne.

Este é outro vídeo que caracteriza como anda alguns centros comerciais. Estamos trazendo a realidade de muitos municípios. Dizem que a verdade é dura mas é duradoura. Entretanto, o nosso papel enquanto agente público, é trazer a verdade, discutir políticas públicas de maneira integrada para poder trazer as soluções. E essas são soluções não apenas emblemáticas, no sentido amplo, não apenas como a solucionática do processo, mas como uma das soluções, Júlio. Precisamos, realmente, estar discutindo de maneira cada vez mais ampla para trazermos outras soluções e que se multipliquem.

Então vocês viram que ali são centros comerciais de muitos municípios naquelas condições. Esses são centros comerciais de Salvador, do município de Barreiras e de alguns municípios aqui da Região Metropolitana onde há o engajamento da política pública municipal de estar, verdadeiramente, buscando essas alternativas.

Nós percebemos que a diferença é muito grande. O consumidor tem que ter, também, dentro do apelo educacional, deputado Arimatéia, ele precisa estar engajado com seu poder aquisitivo e sua escolha na hora da compra. Então, tem que se exigir o selo de qualidade, o produto embalado, a origem dessa carne, porque, como nós dissemos, a estruturação da cadeia da carne perpassa desde a produção, é o produtor rural buscando, também, através de assistência técnica, melhorando a qualidade do rebanho, até o consumidor como grande exigente desse processo.

A comercialização, os representantes municipais, fica realmente o apelo no sentido de que haja uma integração cada vez mais veemente e contundente para que se consiga, realmente, melhorar esse aspecto.

Trago aqui como novidade, o secretário ainda vai lançar, mas não poderia deixar de, nesta oportunidade, falar sobre os matadouros avícolas, mais um projeto desenvolvido pelo órgão de fiscalização para mostrar, deputados, que, apesar de fiscalizatório, é um órgão proponente, que trabalha com fomento, então uma pequena planta para uma área importante



de nosso segmento pecuário, que é a produção avícola, principalmente Desmon, para os nossos agricultores familiares que trabalham com a produção de frango caipira.

Então, é uma pequena unidade de abate, até cinco mil animais, já totalmente dentro dos padrões regulamentares que, certamente, irá trazer uma série de benefícios também, não só à produção pecuária avícola, mas a todo segmento de saúde que consome esse frango.

Dizer que todo esse processo tem que ser totalmente participativo. Então foi colocado aqui, colega, o Banco do Nordeste, a Desenbahia como parceiro desse projeto grandioso do governo, o SEBRAE, no que diz respeito a todas as ações de capacitação, principalmente. Mais uma vez, repito, o engajamento das prefeituras municipais é importantíssimo nesse contexto; e o Sindicato das Indústrias que discute também, de maneira bastante veemente, com todo o segmento, a necessidade de melhorarmos e avançarmos nesse sentido. Então o SINCAR, está aqui o presidente, tem sido um parceiro dessa política pública no desenvolvimento de ações que venham, realmente, estabelecer e qualificar melhor a nossa carne e o alimento para a nossa população baiana.

Os impactos que esperamos é realmente o ordenamento da estruturação da cadeia, deputado Mário Júnior, com a Bahia sendo referência, que já é, nesse sentido de buscar políticas, como disse o secretário Eduardo Sales, são outros Estados vindo até o Estado da Bahia para poder discutir políticas pró-ativas nesse sentido, trazer desenvolvimento, empregar pessoas, ou seja, desenvolvimento com geração de emprego e renda. Por fim, o que nós todos almejamos é, realmente, oferecer qualidade de vida através da saúde e do alimento a toda população do Estado.

Eu queria, também, deputado, aproveitar este momento e falar de dois aspectos importantes da sanidade animal que faz parte desse contexto – a ADAB é responsável pela sanidade pecuária de nosso Estado da Bahia – dizer que nós da secretaria não somos donos de nenhuma fazenda, nós fazemos a defesa animal com o produtor rural e para o produtor rural.

Então é importante que nós defendamos o patrimônio do Estado da Bahia, patrimônio agropecuário, mas vou dar destaque à sanidade animal, principalmente no que diz respeito a febre aftosa que neste mês de novembro estamos fazendo uma campanha bastante



massificada para que nossos animais de até 24 meses sejam vacinados, exceto os animais que compõem a zona de proteção.

E aí eu falo da zona tampão e da zona de proteção como uma conquista, uma política pública bem desenvolvida pela Secretaria da Agricultura, com todo o apoio do nosso governador, em que nós, de maneira técnica, efetivamente, conseguimos a chancela, a vênua do Ministério da Agricultura e da Organização Internacional de Saúde Animal para extinguir, extirpar de uma vez por todas a zona, que era conhecida como Zona Tampão, composta por oito municípios, por onde mais de 10 mil bovinos ingressaram na Bahia.

O ex-secretário Roberto Muniz dizia: “Desmon, na Bahia, aqui pode e aqui não pode”. Aqueles fazendas situadas nos oito municípios do Norte do nosso Estado, que fazem divisa com Piauí e Pernambuco, tinham suas terras e animais desvalorizados, Jorge Amorim. A movimentação interna era totalmente diferida. E através de uma boa política pública e uma ação bem concatenada que a ADAB vem desenvolvendo ao longo desses anos conseguimos, de uma vez por todas, acabar com a Zona Tampão e criar uma zona de proteção unificada. Com isso, houve uma valorização por três do valor da terra e valorização da arroba dos animais.

Mais uma vez, uma política pública bem desenvolvida trazendo uma série de benefícios, especificamente para esse setor da pecuária. Esse é o nosso mote de campanha.

Neste momento, conseguimos – como eu disse, também mais uma ação bem desenvolvida enquanto política pública – reduzir a faixa etária vacinal em toda a Bahia. Apenas nos oito municípios que compõem a zona de proteção continua valendo toda a vacinação do rebanho. Mas essa é uma redução, senhores, Almir, que representa aqui, muito bem, o nosso presidente da Câmara, da ordem de quase R\$ 11 milhões na compra de vacinas. Aproximadamente, seis milhões e meio de animais deixarão de ser vacinados nessa etapa vacinal.

Portanto, é uma ação de governo trazendo um avanço para o setor pecuário. E esses R\$ 11 milhões podem, certamente, serem revertidos para ações propositivas dentro da unidade produtiva, que é a fazenda, com inovação tecnológica.



Então, eu não poderia deixar de falar sobre isso, e dizer que estamos com um problema no Paraguai, que foi atingido por um foco, porque esse país faz uma fronteira seca com o Estado do Mato Grosso do Sul. O problema poderia ser dramático para todos nós. Porém isso não acontecerá em função da eficiência da defesa pecuária brasileira.

Mas se, como no passado, esse vírus for introduzido em nosso País, trará uma série de angústias, um caos social e econômico muito grande. E os frigoríficos fazem parte desse processo e são, nesse caso, muitas vezes importunados com essas ações.

Pensando nisso, a Bahia fez uma ação de cooperação técnica com o Estado do Mato Grosso do Sul. Fomos lá para ajudar em suas ações de fronteira de maneira a mitigar qualquer risco que, porventura, possa ocorrer em virtude desse foco no Paraguai.

Então, o problema não é só do Mato Grosso do Sul. É um problema que, eminentemente, traz uma série de constrangimentos para todo o Brasil, e não apenas para a Bahia.

A Bahia, de maneira pioneira, foi ao Estado do Mato Grosso do Sul realizar, numa parceria, ações paralelas, de maneira a minimizar todos os problemas de saúde animal. Nesse caso, especificamente, contra a febre aftosa.

Exibirei um vídeo sobre um problema que tivemos em 2006 no Mato Grosso do Sul em função da entrada do vírus de febre aftosa em alguns municípios, notadamente Japorã, Iguatemi, e outros.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O Sr. PAULO EMILIO:- É para caracterizar, deputado, que a sanidade é um dos primeiros passos a ser perseguido. E os pecuaristas do Estado da Bahia estão de parabéns, porque têm feito o seu trabalho, têm buscado a vacinação como forma de imunizar o seu rebanho. E a ADAB é parceira do produtor, como eu disse anteriormente, até porque o patrimônio não é nosso. Nós fazemos a defesa agropecuária para e com os produtores.

Então é importante que tenhamos essa condição. Até porque o desenvolvimento dessas nossas ações certamente não seriam positivas e não teriam esse sucesso que estamos buscando.



Aqui está o mapa de Mato Grosso, onde foram detectados os primeiros focos naqueles municípios lá na divisa do Estado do Paraná. E por conta disso toda essa área em cinza que inclui a Bahia, olhe a distância da Bahia para o Estado do Mato Grosso do Sul, ficou impedida de fazer qualquer ação comercial para outro Estado, para fora dos Estados. Então, realmente, é importante que exercitemos o conhecimento da sanidade, porque a sanidade é parte desse processo da estruturação da cadeia produtiva. Então o que objetivamos, deputado Mário Júnior, é realmente ter uma carne segura da produção ao consumo.

Por fim, esse é o último *slide*, dizer que no ano que vem, em abril, teremos oportunidade de estar discutindo a saúde pública de maneira cada vez mais transversal e integrada, como eu disse, porque o Estado da Bahia vai estar albergando esse congresso, que é um congresso em defesa agropecuária, que vai trazer entre os seus eixos centrais de discussão a própria Copa do Mundo, porque vamos receber milhões de turistas que vão se alimentar aqui no Brasil, no nosso Estado, então precisamos discutir ações, evidentemente, de saúde pública, e o sistema Suasa – Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária – também como eixo central, com ações que visem a saúde do consumidor, a saúde pública.

Era essa a mensagem, e mais uma vez agradeço-lhe a oportunidade, viremos aqui quantas vezes necessário for, a esta Casa que tanto tem nos recebido bem. Parabéns, deputado, pela iniciativa de propor uma discussão nesse nível.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



2255-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Dr. Júlio

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, Dr. Paulo Emílio. Realmente, V.S^a dirimiu algumas dúvidas que tínhamos. Confesso que fiquei bastante entusiasmado com algumas coisas e preocupado com outras.

Acho que os deputados que estão nos ouvindo nos gabinetes ao verem essa questão do Mato Grosso, da febre aftosa, já colocando – chegou aqui o nosso querido deputado Joacy Dourado, que também faz parte da Comissão de Agricultura – a Bahia também, digamos assim, ligando o sinal amarelo de alerta, sobretudo com essa questão da comercialização da carne, que, tenho certeza, o setor irá se preocupar ainda mais para não ser atingido. Não sabemos quando isso ocorrerá e se ocorrerá. Mas esse sinal de alerta já deixa vocês bastante preocupados. Tenho certeza que o governo do Estado vai precisar fazer uma ação muito forte. Vocês da Adab vão precisar trabalhar ainda mais para poder combater esse mal que já assola o Mato Grosso.

Esperamos que possam enfrentar da melhor forma possível todos esses males que trazem ainda mais problemas ou querem causar, trazer mais problemas à cadeia produtiva, porque já existem alguns problemas que precisamos combatê-los diariamente e precisamos avançar.

Para dar seguimento à sessão especial, eu gostaria de registrar que estive aqui o deputado Luizinho Sobral, deputado Joacy também está aqui, o deputado Adolfo, eu já registrei.

Dando seguimento, passo a palavra ao Dr. Júlio, presidente do Sincar, para falar em nome de todos, mas também como representante da Mesa aqui. Obviamente, vamos franquear a todos aqui que queiram participar do debate.

Com a palavra o Dr. Júlio pelo tempo que achar necessário.

O Sr. JÚLIO:- Bom-dia a todos.



Quero agradecer ao deputado Mário Negromonte por nos ter convidado a participar deste debate e também a presença dos nossos colegas do setor de frigoríficos, os empresários, os deputados que estão presentes, o Dr. Paulo Emílio, em nome da Adab, é importante a gente falar sempre disso que é uma luta grande nossa, há 16 anos a gente vem lutando, já entrei lutando. O secretário falou que no Mato Grosso quatro frigoríficos fecharam as suas unidades. E aqui na Bahia temos uma coisa importante, já que nós, os frigoríficos, somos prestadores de serviço. Então é um dado para ajudar nessa campanha ao clandestino, porque 90% dos frigoríficos do Estado prestam serviço. É uma ajuda muito grande, se comparados aos frigoríficos dos outros estados, pois eles são grandes e não têm esse acesso para prestar o serviço a esses municípios que queiram realmente acabar com o clandestino.

Em relação aos entrepostos, temos dado apoio, mas precisa ser feito um trabalho. Ouvimos o secretário também falar que tem de haver muita atenção, muito cuidado para que na época em que for dado ao município a fiscalização esteja presente, tanto a Vigilância Sanitária quanto a ADAB. Senão vai acontecer a mesma coisa que ocorreu no passado. Se os entrepostos, os frigoríficos realmente não estiverem aliados à ADAB, fazendo o trabalho da distribuição, em pouco tempo volta o clandestino. Porque a dificuldade de se levar essa carne aos açougues dos mercados municipais, que são feiras livres que estão aí sem nenhuma estrutura em nível de balcão, de estrutura para atender a esta carne, apesar de haver os órgãos de financiamentos para ajudar esses comerciantes de pequeno porte.

Os sindicatos também devem estar sempre juntos dessa ação, lutando para acabar com os clandestinos, porque sabemos das dificuldades que existem. Também é preciso que os deputados desta Casa estejam juntos com os prefeitos para mostrar, digamos assim, que é muito importante a Vigilância Sanitária participar dessa fiscalização.

Outra coisa que temos lutado, temos de contar com o apoio da ADAB, é para que até 50 quilômetros da região onde ficam os frigoríficos não seja muito necessário o entreposto, porque o próprio frigorífico faz esse papel. Ele abate e distribui através dos seus caminhões. Também estamos dispostos, alguns frigoríficos, a colocar esses entrepostos, desde que a fiscalização da Vigilância Sanitária e a ADAB esteja presente.



Outro assunto que trazemos é que a Bahia tem hoje um benefício fiscal que um dos melhores do Brasil. Se abater com frigorífico que tenha inspeção estadual ou federal, essa carne passa a ser isenta. Se ela for fiscalizada, tentamos levá-la com um valor menor à mesa do consumidor. Embora muitos pensem que a carne abatida em frigorífico vai chegar mais cara para o consumidor. Na verdade, essa carne sendo abatida em um frigorífico, com inspeção estadual ou federal, tem um valor agregado nos couros, nas vísceras, e isso faz com que barateie o custo do produto na mesa do consumidor.

É importante essa iniciativa partir daqui desta Casa. Estamos envolvendo mais pessoas do segmento para acabarmos com a ociosidade dos frigoríficos do nosso Estado, que está em torno de 53%. Isso está inviabilizando muitas regiões onde foram montadas plantas, como Juazeiro; o Frigoalas, em Alagoinhas; e outras unidades que agora não lembro, que a ociosidade passa dos 70%.

Então é importante o comprometimento de todos os prefeitos e também de todos os deputados, buscando mostrar que não vai trazer nenhum prejuízo para o consumidor, para o comerciante daquela região. Não somos um concorrente direto; somos um prestador de serviço. Não fazemos nenhuma concorrência com aqueles que venham prejudicar a vida econômica e financeira daqueles comerciantes na região, estamos prestando um serviço para melhoria da qualidade da carne e da qualidade dos subprodutos.

Esse é o nosso apoio e precisamos contar cada vez mais com esta Casa, com a Secretaria de Agricultura, da Fazenda que tem nos apoiado muito e também com pessoal da Adab que tem lutado muito, sabe da dificuldade da fiscalização, como o próprio secretário falou, mas se for colocar fiscal em cada canto, é preciso que cada vez mais se conscientize da necessidade de dar maior esclarecimento aos deputados, aos prefeitos, e também tem uma campanha que já estamos elaborando para o consumidor, para o próprio produtor se conscientizar de que tem que ter um produto que seja mais rápido, os animais têm que chegar à mesa do consumidor, os animais com (inaudível) ao invés de 4 anos que está levando hoje, um animal para chegar ao frigorífico.

Hoje, o mercado está muito sensível, está muito nervoso por falta de matéria prima, quando se fala em exportação o nosso frigorífico tem um sonho que seria, como o



governo também, de exportar carne, mas não temos a matéria prima adequada e nem produto para atender esse mercado, temos frigorífico grande de exportação como o JBS, que no Estado da Bahia não foi visto com muito bons olhos; eles vêm para buscar exportação aqui no mercado, mas tem sido um concorrente muito agressivo em relação a nós comerciantes, a nós de frigorífico, aos nossos produtores que eles não prestam serviço, e sempre desenvolvemos essa atividade de prestar serviço e buscar realmente melhorar junto a esses municípios.

Então essa iniciativa partindo daqui da Adab, da Secretaria de Agricultura, da Fazenda, da Indústria e Comércio que está relacionada ao nosso segmento, fico muito satisfeito de isso estar acontecendo cada vez mais. O que fazemos em relação à campanha é para também a população do interior entender que a carne refrigerada é uma carne de qualidade, que ainda por questões culturais comprem e querem consumir essa carne quente, achando que essa carne é melhor.

Deputado, quero agradecer por estar aqui presente, por ter sido convidado e cada vez mais buscarmos evoluir nesse caminho de acabar com essa ociosidade. Temos hoje frigorífico que atende todo o rebanho do Estado da Bahia, apesar de não estar em todas as regiões, precisa-se realmente instalar alguns frigoríficos nas regiões onde não têm, porque onde existe estamos aptos a atender e buscar cada vez mais estar junto desses prefeitos que queiram que prestemos serviço para essas comunidades.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



2256-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Zé Neto

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, Sr. Júlio, presidente da Sincar, contribuiu muito com suas colocações, poderia anotar algumas delas, mas depois vou comentar sobre cada questão que foi colocada aqui.

Quero registrar a presença e passar a palavra ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que veio de Feira de Santana a nosso pedido, participar e contribuir também com o debate.

Essa sessão especial é para o debate para a reestruturação da cadeia da carne, foi muito falada aqui sobre a questão de melhoramento, é só para lhe situar. Foi colocado aqui a importância de se aumentar os entrepostos que já foram lançados pelo governo Jaques Wagner, através do secretário Eduardo Sales, como ferramenta para combater a ociosidade da cadeia da carne; existe a questão da zona, foi um avanço muito grande acabar a zona tampão, criando a zona de proteção para o setor, além também de questões como o combate à carne clandestina que não está isenta de pagar 17% de imposto; a questão de desmistificar a carne clandestina e o trabalho no matadouro, mas aqui coloco a questão da importância de se ter a terceirização e não a compra da carne, do boi, pegar aquilo ali e depois vender dentro do próprio frigorífico, quer dizer, eu, particularmente, sou mais favorável ao modelo que se compra o boi e leva-se ao açougueiro terceirizadamente. Estou falando dessas questões apenas para que você se possa situar.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, quero saudar a Mesa, Paulo Emílio e o nosso deputado Mário Negromonte Jr.. Fico feliz, Mário, de ver você evoluindo. Fiz muito isso, faço muito isso, mas hoje, como Líder do governo, meu tempo é menor, mas eu faço porque acredito. Seu mandato, seus braços, suas pernas, sua cabeça nesse processo são muito importantes. Acredito que não vamos construir uma Bahia sem que tenhamos condição de entender a importância das cadeias produtivas. Trabalhei muito na do leite, aqui também já



tenho algum trabalho, na do frango também. Tenho plena clareza de que os gargalos são muito parecidos de um para o outro.

Quero saudar também a ADAB que faz um trabalho excelente, desde o nosso primeiro mandato, e agora no segundo também.

Onde estão os gargalos? Estão em termos que enfrentar, evidentemente, a logística. Paulo Emílio sabe que o problema sanitário muitas vezes não é encarado. Se não tivermos qualidade sanitária, não vamos ter condições de competir nem interna nem externamente. E a questão sanitária é uma questão de qualidade antes de tudo. É uma questão de saúde pública e de qualidade também. Temos a questão social emblemática que precisa ser resolvida, mas com paternalismo também não vai funcionar, porque vamos esmagar o setor. Graças a Deus, temos hoje as Câmaras Setoriais, Paulo, e aí temos que fazer funcionar mesmo.

Agora mesmo acabei de marcar uma reunião da Câmara Setorial do Atacado e Varejo em Feira de Santana, vamos jogar para o interior discussões que precisam ser feitas. Nós construímos aquilo com muito carinho, Mário. E na Câmara Setorial é onde temos condições de botar o pequeninho e o grande na mesma mesa, os muros já caíram, caiu o Muro de Berlim, os muros acabaram. Estou falando como petista, eu vim dos movimentos sociais e dos enfrentamentos nos anos 70 e 80. E hoje o enfrentamento maior nosso é o da cadeia produtiva, entender o que é essa dinâmica de ouvir as cadeias produtivas para ter posições mais legítimas.

Não se enganem, cada dia fico mais feliz com o caminho que estamos seguindo. E não é um caminho que vamos conseguir rapidamente, não. É um caminho que é mais construído com vocês do que só conosco. Apenas conosco não vai funcionar.

Portanto parabéns, Mário, porque essa é a caminhada. O entreposto, é o que acontece no frango, não é diferente. Nós vamos ter que enfrentar a cultura também, e a cultura é complicada, mas não se pode esmagar uma cultura. Há de se combinar o que é que ela tem de bom e em que ela pode ser reformulada. Agora temos que ter a coragem de, no começo, principalmente vocês que têm a capacidade de investimento, ter do Estado a confiança, inclusive aliar isso aos recursos do Estado e também aos recursos próprios. E aí



estou falando do financiamento, que nós temos de ajudar vocês. Quando falo em financiamento, não é só dinheiro do Estado a fundo perdido, é também o dinheiro de vocês. Têm de começar a perceber que esse investimento, esse compartilhamento tem dois viés.

E essa questão da refrigeração, isso nós, gradativamente, vamos avançar.

Eu costumo dizer, Paulo Emílio já ouviu, que há quinze anos era muito engraçado você ver Mussum na televisão com uma garrafa de cachaça dizendo “como de fatis” - com uma garrafa de cachaça na mão, e bebendo. Hoje, nenhum de nós desta sala vai deixar nossos filhos achar graça disso. Porque a vida mudou, a vida vai mudando, a relação com o desenvolvimento, com a saúde pública vai mudando, e esse comportamento, esse debate é que nos impõem essa condição de avançar, e que nos impõem que a Bahia não pode mais, isso para mim é crucial, estar a reboque de uma crise que vai acontecer, e não vai demorar, Já acontece, permanentemente é assim, eu diria, de forma pontual, ela está sempre presente no nosso dia a dia, mas ela vai explodir lá na frente, não se enganem. Hoje, com a logística que está se montando no País, os mercados são muito mais rápidos e se não tivermos cuidado vai continuar avançando aqui a carne que vem do Tocantins. Vão continuar avançando aqui as dificuldades e não é só a questão fiscal, porque vai chegar a hora em que vamos ter que discutir com você Mário, com quem venho discutindo há algum tempo, e você vai participar disso, tenho certeza de que vai contribuir, porque às vezes as pessoas colocam as questões fiscais. Melhoramos muito as questões fiscais e elas colaboraram um pouco no processo de construção de uma saída. Por quê? Porque ela é estruturante.

É uma saída que precisa, evidentemente, de uma perna na agricultura, outra perna no planejamento, outra perna na estrada, porque sem a estrada o gado não sai da fazenda. Precisa de outra perna no IMA que vamos ter que enfrentar. E hoje, pelo que se está vendo aqui, vai ser uma semana polêmica. Deveria estar aqui também a Oposição discutindo conosco, porque sou ambientalista, mas sei o que está se passando lá embaixo. Se a gente começar a fazer de uma simples autorização, do uso de uma irrigação, um processo de 50 volumes, vamos chegar lá na ponta sem dar essa colaboração para o setor que tem que ter a contrapartida de a gente ampliar. Ao invés de ter mais gente no processo, tem que ter mais gente na fiscalização, mas fazer com que o setor também tenha confiança de que temos aqui



um compartilhamento, uma parceria importante para construir saídas em todas as áreas do governo que são diversas,. para que a gente tenha essa sintonia.

Parabéns, vejo essa audiência pública, - porque às vezes, a gente não vê muita gente e fica assim, a audiência pública deu pouca gente, mentira, Conheço muita gente aqui, sei do processo da luta de vocês que são as representações, e essas representações podem ter certeza, de que nesse governo, quem está dizendo é o líder do governo, nós temos toda a boa vontade, a vontade, a intenção e temos, acima de tudo, a companhia de bons deputados e deputados atuantes. O nosso outro companheiro que está aqui sentado, mas lá em Irecê ele faz a diferença e nós sabemos o quanto é importante termos também a partir da visão estratégica de que um que vamos construir na Bahia em termos de mercado, não é apenas o mercado daqui da Região Metropolitana que vai construir esse novo caminho. Nós apontamos para o interior. O Brasil, hoje, se diferencia do mundo, porque tem mercado e esse mercado, nós temos que dar, cada dia mais, passos decisivos na sua interiorização.

Parabéns aos presentes, parabéns Mário, conta conosco, fico muito feliz, e digo de coração, saber e ver todos os dias o seu desenvolvimento e saber que esse seu desenvolvimento tem muito a contribuir para a Bahia. Esse é um mandato, eu disse a seu pai e disse outro dia ao governador, da alegria que tenho em ver alguns deputados da Casa novos, jovens que chegaram aqui há pouco tempo, eu estou aqui há nove anos, mas que mudaram a cara da Assembleia, que têm mostrado tanto da Oposição quanto do Governo, não vou dizer só de governo, não, de Oposição, também, mostrado que esta Assembleia, que este nosso Parlamento tem muito a contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado.

Parabéns a todos, não vou poder ficar, tenho uma reunião da liderança, mas não podia deixar de lhe dar esse abraço e confirmar mais ainda o nosso empenho, como Bancada de Governo, em colaborar para que esse tema que deve ser cada dia mais visto, passe a acontecer na prática, no dia a dia dos produtores e da população baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)



2257-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Alber Rezende

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, querido líder Zé Neto pela sua contribuição. A gente sabe e falou aqui desde o começo do avanço do governo do Estado até hoje, e quanto o governador, através dos seus órgãos, da secretaria da Agricultura, da Adab e dos demais órgãos tem feito um esforço muito grande para avançar anda mais nessa cadeia, mas a gente sabe que é preciso fazer muito mais e o governador vai estar contando aqui com toda a bancada, como você mesmo falou, com toda a Bancada de Governo para a gente poder ver ainda mais esse setor pujante, e consequentemente dando uma contribuição ainda maior na agricultura e na saúde pública.

Mas antes de passar a palavra ao meu querido amigo, Joacy Dourado, gostaria de intercalar aqui, porque vou precisar sair um pouco, vou pedir para você assumir a presidência.

Gostaria de passar a palavra para Alber Rezende, que representa a Configo de Vitória da Conquista, pelo tempo que achar necessário e depois passo a palavra ao nobre deputado e aos demais que queiram participar.

O Sr. ALBER REZENDE:- Bom-dia. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente e parabenizar o deputado Mário Negromonte Júnior pela iniciativa e saudar toda a Assembleia em seu nome. Essa iniciativa nós precisamos dela e acho que é um ponto de partida para várias mudanças que precisamos no setor.

Gostaria de iniciar citando uma frase do nosso amigo Paulo Emílio lá no sindicato, quando ele falou: “a gente não pode só pensar em novas iniciativas, em novos investimentos se a gente não proteger e não viabilizar os investimentos que já foram feitos, os trabalhos que já foram feitos, as plantas já existentes”.

Temos hoje, na Bahia, quando vemos o que foi citado, o vídeo do Mato Grosso do Sul, o primeiro ponto que se falou foi em desemprego que assolou a cadeia da carne pelo motivo da febre aftosa. Graças a Deus e ao trabalho da ADAB hoje não nos preocupamos



com esse problema na Bahia, porque temos um trabalho de defesa sanitária muito bom. Porém o setor de frigorífico pode correr o risco, já existem algumas plantas em estado de calamidade em termos de resultado financeiro e já sem conseguir viabilizar o negócio, como citou Júlio, e é verdade, não é uma, nem são duas, são várias, por falta de demanda por carne inspecionada no Estado. Quer dizer, a população não sabe a necessidade e acaba consumindo a carne clandestina.

Creio que ninguém vai ser contra a instalação de novos frigoríficos em locais onde a iniciativa privada não pode atender. A iniciativa dos entrepostos é fantástica porque aproxima os frigoríficos dos municípios e proporciona que a chegada da carne seja melhor atendida. Porém, creio que precisamos pensar em colher os frutos que estão mais fáceis, e uma árvore que esteja alta assim os frutos que estão mais baixos, ao alcance das mãos, deveriam ser colhidos primeiro, e hoje sabemos que todas as plantas frigoríficas instaladas na Bahia têm, hoje, municípios de 30, 40, 50Km que continuam com abate clandestino, e a ação para se atingir esses municípios tem que ser via Ministério Público, ADAB, prefeituras.

Então, se não conseguirmos viabilizar, de forma rápida, urgente, o parque industrial que já tem na Bahia, podemos ter uma reversão do quadro. Paulo Emílio citou que hoje tem 40% de clandestino. Se fecharmos alguma planta já existente hoje vamos regredir. Então, o setor frigorífico, na Bahia, o que necessita é de todas essas ações, e a ação imediata é fiscalizar e implementar a portaria nos municípios.

Tivemos um encontro com o Ministério Público há alguns meses e houveram vários pontos que foram discutidos como prioritários para atingirmos os objetivos. Vou citar um deles, que é dificultar o comércio do couro proveniente do abate clandestino. Esse talvez seja o ponto de maior repercussão na cadeia da carne.

Então, pedimos que esse ponto seja registrado. Na ADAB já temos essa abertura para conversar; já foi conversado com Paulo Emílio. Queremos avançar nesse sentido, porque é um clamor de todos os frigoríficos da Bahia.

E aproveito a oportunidade de estar aqui nesta Casa, que tem contato com os municípios, para dizer que os prefeitos das cidades do interior têm muita dificuldade de



implementar a Portaria 304, porque a população não entende o que é carne clandestina e carne inspecionada.

Precisamos que a população da Bahia saiba que o combate ao abate clandestino é política de Estado, para quando essa iniciativa chegar ao município não haja um confronto com os ideais da população local.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



2258-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Almir Mendes

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Joacy Dourado):- Louvando o pronunciamento do companheiro, continua franqueada a palavra. Se alguém quiser fazer ocupar a tribuna... (pausa). Com a palavra o Sr. Almir Mendes.

O Sr. ALMIR MENDES:- Bom-dia a todos. Sou secretário executivo da Câmara Consultiva da Carne de Bovinos e Bubalinos do Estado da Bahia e vim fazer algumas colocações do nosso trabalho.

Na verdade, o grande problema da cadeia produtiva da carne na Bahia é a verticalização. Temos pouca integração desde dentro da porteira até o consumidor final. Entendemos que esse projeto dos entrepostos vem pegar um elo da cadeia, que é o açougueiro, e lá adiante a dona de casa. Ele é fundamental no sentido de se conseguir regularizar o abate.

Também estamos vendo que o grande empecilho, hoje, são as questões ambientais. Para tanto, estamos elaborando uma cartilha, já bem adiantada, com questões ambientais, sanitárias, de financiamento para toda cadeia produtiva da carne, no sentido de se esclarecer. Ninguém sabe como é que se empreende no setor da carne, como se torna um empreendedor dentro e fora da porteira.

Estamos vendo que o nosso setor está duramente atingido nesse protocolo de redução de carbono, que vem com um plano do Ministério da Agricultura, que é o Programa ABC. E estamos trabalhando no sentido de fazer um estudo na questão das pastagens e propor ao Estado um grande programa de reforma de pastagem, que vai dar qualidade final aos animais que vão ser colocados à disposição dos frigoríficos. Talvez um dos grandes problemas atuais nosso seja a má qualidade da carcaça.

Era isso que queria falar. Agradeço a oportunidade. Qualquer coisa, estamos à disposição. Júlio, estamos sentindo a sua falta lá. Há algumas reuniões que você não vai.



Acho que a parte da indústria é importante numa discussão em um foro como a Câmara da Carne.

(Não foi revisto pelo orador.)



2259-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Joacy Dourado

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Continuam abertas as inscrições. A palavra está franqueada. Com a palavra o deputado Joacy Dourado

O Sr. JOACY DOURADO:- Saudamos o deputado Aderbal Fulco Caldas, companheiro que chegou aqui agora.

Se não houver nenhuma pessoa para falar...

Pois bem, também me solidarizo com o deputado Mário Negromonte Júnior e saúdo o pessoal dos frigoríficos e da ADAB presente, como já falei, dando um exemplo prático de quem já viveu esse problema na pele como eu já vivi. Como prefeito de Irecê, senti na pele essa situação da carne.

Primeiro, o assunto da Promotoria deveria estar também, porque é quem fiscaliza em última análise essas ações. Uma presença também indispensável nesse debate é a dos senhores prefeitos. Um prefeito é, em última instância, o responsável direto pela vigilância sanitária do seu município. Cada município tem a sua vigilância sanitária, que é feita não pela Adab, em nível estadual, mas em nível municipal. Cada município tem a sua vigilância sanitária. A Constituição diz diretamente que com o poder municipal, Sr. Presidente desta sessão, que havia saído, autor desse projeto, o deputado Mário Negromonte Júnior, estou elogiando V.Ex^a sobre esse assunto... Faço minhas as palavras do Líder Zé Neto e elogio o seu mandato como deputado, porque são várias as ações de V.Ex^a nesse setor, e agora no setor da carne na cadeia produtiva, o que é bastante importante. Dizia, deputado Mário, que duas entidades teriam também que estar aqui presentes: o Ministério Público e as prefeituras. Eu, como prefeito, senti na pele essa situação. Era semanalmente cobrado. No meu município, a carne do sol e todas as outras carnes eram semanalmente comercializadas a céu aberto, em bancas, ao ar livre. A ação do Ministério Público foi importante para que trabalhássemos nessa situação. Revertemos essa situação em parte. O matadouro de Irecê nós



deixamos quase pronto, mas faltam detalhes para ser inaugurado, para entrar em funcionamento.

Há um outro assunto sobre o qual vamos nos debruçar nos próximos dias, que é o meio ambiente e a licença ambiental para esses matadouros. No caso de Irecê, é um matadouro público-privado, semelhante a uma PPP. Está sendo construído com dinheiro do Governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo estadual e da prefeitura. Quem vai executar o projeto? Quem vai tomar conta do projeto? Quem vai gerir o projeto? Se deixarmos para o poder público gerir, será o caos. Raramente algum fazendeiro vai vender um boi à prefeitura ou ao matadouro da prefeitura. A gerência teria muita dificuldade, entraves políticos e, com certeza, problemas muito graves.

Então, é preciso que, em última análise, o prefeito esteja presente. A vigilância sanitária, no âmbito do município, é da prefeitura, e o Ministério Público aciona inicialmente o senhor prefeito. Tivemos que queimar vários bois, boi matado clandestinamente, por exigência do Ministério Público, da Adab, da vigilância sanitária de Irecê e de outros municípios. É um pecado, num País pobre como este, queimar um boi porque o poder público não cumpriu sua parte.

Portanto, é muito importante esse projeto. Sabemos que não basta além de ter um frigorífico ou matadouros que podem ser construído com o dinheiro público, mas a gestão tem que ser privada, porque senão não terá gestão, teremos dificuldades, é preciso que além disso estejamos juntos porque a vigilância sanitária vai chegar lá através do Ministério Público, através das denúncias.

Então, eu vivi tudo isso, consegui alguns avanços importantes, como o matadouro que está quase pronto e os abatedouros, os açougues que vendiam carne de qualquer jeito, hoje há um balcão frigorífico congelado em cada açougue de Irecê. Mas a origem da carne ainda tem certa dúvida. Aí falamos do clandestino e no outro não clandestino, no oficial. É difícil colocarmos isso só na lei, é preciso ainda um processo pedagógico de ensinar, é preciso uma divulgação muito grande, é preciso que se prove que a carne de um frigorífico tem melhor qualidade, porque há um tabu do sertanejo de que essa carne frigorificada é uma



carne que tem defeitos, não dá uma boa churrascada, não dá uma carne de sol importante, há ainda um grande mito sobre isso. Precisamos quebrar esses tabus.

Nós estamos falando mais na carne de boi. O matadouro de Irecê é também de porco, de avestruz e de outros animais. A gente esquece que o porco transmite mais doenças do que a carne de boi. O deputado Aderbal me falava isso agora e é verdade. É preciso que tenhamos esse mesmo processo com a carne de porco, com certeza, porque a transmissão de doença através da carne de porco é infinitamente maior do que a carne de boi.

Portanto, dou parabéns e vejo que uma região como Irecê, depois de tudo isso, aqui estão os empresários, estou vendo vários, é preciso que o empresário tenha lucro porque senão os matadouros são abertos e fechados. É preciso que ele ganhe, tenha uma cadeia produtiva e que tenha lucro. Numa região como Irecê que tem um centro e que tem as cidades satélites, essa distribuição que se fala, através de contêineres e de situações em que se distribua a carne, ela torna viável, econômica e possível se estabelecer matadouros e frigoríficos em várias regiões do Estado.

Portanto, já falei muito e queria dizer ao deputado Mário da minha alegria, e dizer também que a Secretaria de Agricultura da Bahia, o nosso secretário Eduardo Sales, já estive com ele lá e vi os contêineres, e vi que há uma política real. Não se pode pensar isso numa política fora da realidade, porque senão vamos ficar na teoria e não vamos chegar na ponta, o objetivo é chegar no povoado e na ponta. A região de Irecê não é tradicional em criação de gado, o gado em grande parte do Nordeste, o deputado Aderbal sabe disso, não é um gado que tem 15, 20 arrobas, é um gado menor, da agricultura familiar, pequeno, é a vaca que era de leite e tem que ser descartada. É preciso que haja um entendimento dos matadouros que aproveitem isso, senão esse pequeno boi vai virar clandestino com certeza, alguém vai comer esse boi. Ele só dá 10, 12 arrobas porque o meio ambiente não propicia outro melhor, é um gado chamado pé-duro, é pequeno e tem que ter na legislação a compreensão dos matadouros para absorver também o gado do pequeno produtor.

Eu agradeço e passo a presidência, de novo, ao nosso presidente Mário Negromonte Júnior.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Muito obrigado, deputado Joacy, um apaixonado pela agricultura, esse colega sertanejo.

(Não foi revisto pelo orador.)



2260-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Aderbal Fulco Caldas

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Mas, antes de passar a palavra a José Antônio, que está inscrito, também, gostaria de passar a palavra a outro sertanejo como eu e como Joacy, homem do campo e que valoriza muito a agricultura e sobretudo a saúde pública, nosso querido deputado Aderbal Caldas, que está vindo diretamente de Olindina. Estava comendo bode e carne seca, não é, deputado? (Risos)

Com a palavra, pelo tempo que achar necessário, o deputado Aderbal Caldas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente Mário Negromonte Júnior, Srs. Membros da Mesa, todos os senhores presentes, serei rápido, primeiro, porque peguei o bonde andando e não acompanhei o debate e as discussões. Mas como vivencio de perto a questão, tal qual o colega Joacy Dourado, que fez um pronunciamento muito bem fundamentado e atingiu bem o âmago da coisa, quero emitir uma breve opinião.

Acho que essa portaria é uma preocupação muito procedente. Quero parabenizar o deputado Mário Negromonte Júnior por ter realizado não só esta, como outras sessões especiais e audiências públicas no sentido de preservar o consumidor e fixar o homem no campo, preocupado com a problemática da sua origem, da minha origem e da origem do deputado Joacy. Ele tem demonstrado uma preocupação em buscar soluções.

Quanto a esta portaria do Ministério da Agricultura, considero-a um tanto inexecutável. Vejamos, por exemplo, como se pode aplicar essa portaria no Estado do Amazonas, com 64 municípios e parece que só em quatro ou cinco deles circulam livremente veículos. Há lugares da capital em que o cidadão viaja 14, 15 dias de barco. Então, é necessário esse cuidado da aplicação da portaria no abate, no transporte e na comercialização. Como se pode, nesse trajeto para um desses municípios do Estado do Amazonas, fazer chegar até aquela comunidade a carne dentro desses limites exigidos?

Eu diria que até mesmo aqui na Bahia no município de São Desidério, que tive a honra de representar aqui por muito tempo, temos também povoados que ficam a 280, 290 e



300 quilômetros da sede, muitas vezes a comunidade lá só consome um ou dois bois. Então, como seria para fazer chegar até a essa comunidade e comercializar essa carne dentro desses cuidados exigidos? É bastante difícil.

Com a aplicação rigorosa e inflexível dessa portaria, nós criamos vários problemas. Desativamos todos os equipamentos nos quais foi investido todo o dinheiro do Estado e dos municípios. Desativamos esses matadouros. Desempregamos pessoas. O que o deputado Joacy falou é uma realidade sobre os animais de pequeno porte vindos da pecuária familiar, sobretudo as fêmeas. É impraticável deslocar esses animais onde se paga o mesmo valor do frigorífico para o abate de um boi de 20 arrobas. Aí, os compradores não compram esses animais por preço algum. E eles terão que ser abatidos, porque não podem ser descartados e jogados aos urubus. Esses animais terão que ser consumidos. Então, começa o abate clandestino.

Acho que é bastante suficiente a fiscalização para uma boa higiene. É preciso que, em dois, três, quatro municípios, conforme a proximidade, haja um veterinário para inspecionar os animais, ao final de cada tarde, na véspera de cada feira livre, para poder liberá-los para o abate, sendo, de imediato, fechada a porteira, impedindo a entrada de outros, para que só sejam abatidos aqueles que foram inspecionados.

Temos vários problemas, deputado Mário Negromonte Júnior. O abate feito a grande distância da sede do município dá margem a que se consuma carne de animais de procedência totalmente duvidosa, porque os que são abatidos no matadouro municipal têm a fiscalização da própria população.

Desde cedo, na entrada dos animais ao curral para o abate, é feita a fiscalização pela população. Isso eu acompanho de perto. Quando se ouvia falar que determinado fazendeiro tinha um boi com qualquer defeito, até algo que não comprometia – em uma perna ou em um dos membros qualquer –, a população ficava à espera para protestar e não deixar abater aquele animal.

Agora, o açougueiro pode, tranquilamente, obter a guia de cinco animais e misturar mais dois aos cinco, quem sabe animais achados mortos ou de procedência duvidosa, e a população termina consumindo essa carne.



Sabemos que os produtos depois de refrigerados têm que ser consumidos. Deixamos cerveja por longo tempo na grade. Depois de gelada e retirada da geladeira, não pode demorar de ser consumida.

É tanto que nesses municípios de grande extensão, de superfície consideravelmente grande, muitas vezes, o rurícola adquire o produto e demora para chegar a sua casa. Às vezes vai montado em um animal, um jeguinho, qualquer coisa. Quando chega, à noite, a carne está esverdeando, azulando, e termina com infecção intestinal causada pelo consumo de um produto em deterioração. Tudo isso existe. A ponto de aquele que abate clandestinamente, às escondidas, ter a preferência da população, que vai a qualquer distância para adquirir aquela carne que considera melhor.

Então eu acho ótimo quando se tem a disponibilidade de frigoríficos devidamente equipados para fazer o abate dentro de critérios. É a melhor opção, não tenham dúvida. Mas onde há grandes dificuldades, é mister que haja uma fiscalização rigorosa feita por veterinários, por profissionais da área, para que inspecionem os animais antes de serem abatidos. E a própria população também pode acompanhar e fiscalizar se tudo é feito dentro dos critérios de higiene do abate, do transporte e da comercialização.

Resumindo, quero dizer que a aplicação dessa portaria, em muitas circunstâncias, torna-se consideravelmente difícil.

Como disse o deputado Joacy Dourado, a carne suína é mais vulnerável, mais portadora de bactérias, de doenças, muitas delas irreversíveis. Acontece que não é previsto na portaria que haja para a carne suína as mesmas exigências que para a carne bovina.

Portanto, é necessário mesmo que se amplie essas discussões, que se flexibilize tanto para o abate de animais menores como para os lugares de difícil acesso, de longas distâncias, que se aplique uma fiscalização no sentido de exigir a higiene necessária e não haja tanta inflexibilidade na aplicação dessa portaria quando em circunstância de difícil aplicação dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)



2261-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. José Antônio

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte):- Agradeço ao grande deputado Aderbal Caldas. Temos aqui duas pessoas inscritas. O Paulo Emílio faria as suas considerações finais, e eu, como proponente, também farei as minhas considerações finais. Só para confirmar, estão inscritos José Antônio e Antônio Siqueira.

Gostaria de passar a palavra para José Antônio do Frigorífico Abatal, representando Juazeiro, Norte da Bahia, pelo tempo que achar necessário.

O Sr. JOSÉ ANTÔNIO:- Boa-tarde. Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, são desses encontros que nós da cadeia da indústria na Bahia, juntos poderemos resolver as grandes questões. Só colocando as autoridades todas do Estado é que poderemos chegar um dia a extinguir de vez por toda, o abate clandestino na Bahia, porque é uma questão de saúde pública.

Gostaria de chamar a atenção do presidente da Mesa com relação à Secretaria da Saúde do Estado. Gostaríamos muito que todas as discussões, daqui para frente, tivessem a presença da Secretaria de Saúde do Estado, já que envolve a questão de saúde pública. Temos no Estado da Bahia regiões divididas pela Diretoria Regional de Saúde (DIRES). Até hoje não tenho conhecimento do envolvimento da Secretaria da Saúde na discussão do abate clandestino.

Não podemos responsabilizar a ADAB, única e exclusivamente, sobre o abate clandestino. Se não tivermos também junto, deputado, o apoio dos prefeitos, dos gestores municipais. Os Srs. Deputados que são votados nos 417 municípios, e que têm os prefeitos aliados, convoquem o presidente da UPV, os seus prefeitos, para que venham juntos discutir, a ADAB, a Secretaria da Saúde e as indústrias, uma saída, uma alternativa para que a população tenha carne inspecionada.

Foi dito aqui, com relação a animais de pequeno porte, animais de idade avançada. É preciso que se esclareça aqui, nós das indústrias na Bahia, cerca de 95, 98%, somos



prestadores de serviços. Esses animais podem adentrar a essa planta e serem abatidos dentro dos padrões de higiene. O transporte dos animais vivos e o transporte dos animais resfriados, se é feito inspecionado, as vísceras e o couro pagam esses custos. Em alguns municípios, as indústrias se propõem a fazer esse transporte. Então é preciso que se esclareça muitas dúvidas com relação ao abate clandestino, porque circula de muita coisa. A questão financeira para quem é o comerciante do animal no mercado municipal, nas feiras livres, nos seus açougues, o custo dele é vantagem abater no frigorífico inspecionado, porque o couro e as vísceras são muito mais valorizados.

Então, para quem interessa o abate clandestino? É preciso chamar também para a discussão a Secretaria de Segurança Pública, porque envolve também furto de animais. Na minha região, o número de roubo de animais de pequeno porte é muito grande. É preciso trazer a Secretaria de Segurança Pública para a discussão, porque envolve questão de segurança. Precisamos juntar todos... A implantação dos entrepostos é uma ideia louvável que já vínhamos discutindo e pedindo. É outra grande ideia. Vamos chamar os deputados federais da Bahia para que eles também coloquem nas suas emendas individuais um entreposto para os seus municípios. Só com todas essas medidas é que chegaremos a algum lugar, por que senão vamos ficar o tempo todo batendo... O Ministério Público...

No fundo nenhum dono de indústria, de frigorífico, nem a Adab, nem o governo do Estado quer apreensão e a inutilização da carne de quem quer que seja. Ninguém quer isso! Eu sou totalmente contra essas *blitzes* com polícia para apreender o animal, para queimar o animal, para incinerar a carne, para prender o pequeno comerciante, porque não vai resolver o problema.

É preciso também que se coloque, deputado Mário Negromonte Júnior, a Secretaria de Educação neste projeto. É preciso que a criança aprenda na sala de aula e saiba o que é uma carne inspecionada e o que é uma carne clandestina. Se não tivermos todos esses órgãos juntos, não chegaremos a lugar nenhum.

Eu já tenho dois anos nessa luta. É inadmissível que eu fique numa região que tem o maior rebanho de caprinos e ovinos e 99% dos caprinos e ovinos comercializados na Bahia sejam clandestinos. É inadmissível! Temos de ensinar ao consumidor que a carne clandestina



de caprino e ovino não tem origem sanitária, muitos menos se esses animais forem roubados das propriedades ou dos pequenos criadores.

Essas eram as minhas colocações. Espero que essas ideias sejam levadas às secretarias e coloquemos todos na mesma mesa.

Muito obrigado a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Gostaria de agradecer imensamente as considerações e as ideias que foram colocadas por Toninho, conhecido como Toninho de Abatal. Paulo Emílio está-me ajudando, pois conhece bem a realidade da Região Norte e a questão dos caprinos e ovinos, que também é um problema da Região de Paulo Afonso, minha região, pertencente ao território Norte, digamos assim. Parabéns por trazer importantes informações, as quais comentarei pontualmente ao final da sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)



2262-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Antônio Siqueira

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromonte Júnior):- Dando continuidade à sessão, convido para fazer uso da palavra Antônio Siqueira, médico veterinário e assessor técnico da Sincar, para que também possa dar a sua contribuição nesta sessão especial.

A cada momento um deputado chega a este plenário para dar a sua contribuição. Esta sessão especial está sendo maravilhosa. Não sei o entendimento de vocês, mas para mim tem contribuído muito para que possamos levar isso ao governador e a outros órgãos.

Com a palavra Antônio Siqueira. Peço apenas para que o senhor seja breve, porque o Regimento Interno só permite que a sessão se alongue até às 12h40min.

O Sr. ANTÔNIO SIQUEIRA:- Quero cumprimentar o deputado Mário Negromonte Júnior por esta iniciativa em trazer as partes envolvidas e todos aqueles interessados neste segmento importante para a economia da Bahia e do País.

Quero, brevemente, fazer um pronunciamento para corrigir uma injustiça que foi feita há pouco por dois nobres deputados sobre a carne suína. Eles disseram que a carne suína é portadora de muitas doenças, que é uma carne extremamente nociva. Na condição de médico veterinário, digo que isso não procede. Acho que o deputado falou isso baseado no suíno criado solto nas ruas, que se contamina com dejetos humanos, e não observou uma parte extremamente importante da cadeia produtiva do suíno. Essa é uma das carnes mais consumidas do mundo, extremamente saudável, cuja produção tanto cresce, hoje, no Brasil e principalmente na Bahia no segmento de carnes. É uma carne que tem uma grande contribuição a dar à população pelo tanto que é saudável. Se formos ver a parte nociva, todos os animais que não forem tratados com o saneamento adequado também podem transmitir doenças ao homem e não imputar ao suíno uma coisa que não é a realidade.

Queria falar também, que para atingir os objetivos deveremos atingir as prefeituras, isso foi colocado pelo deputado. Acho que sem os prefeitos estarem envolvidos será difícil conseguirmos uma fiscalização efetiva, porque são eles que têm acesso à



vigilância sanitária e precisaria ser discutido à nível, inclusive, de UPB para que envolvessem mais os senhores prefeitos nessa discussão.

Para concluir, também colocado aqui pelo empresário da Abatal, ter mais Secretarias envolvidas, porque como ele que foi vítima, há pouco tempo na região. Pessoas que ameaçaram os fiscais da Adab que estavam fazendo uma fiscalização e tiveram que sair escoltados de Juazeiro pela polícia, para vocês verem o nível de clandestinos, o quanto eles são abusados. Então é necessário que outras Secretarias estejam envolvidas para melhor resultado dessa discussão.

Quero agradecer a oportunidade e parabenizar por esse evento.

(Não foi revisto pelo orador.)



2263-I

Ses. Esp. 16/11/11

Or. Dr. Paulo Emílio

Debater Estruturação da Cadeia da Carne no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Muito obrigado, Antônio, pela contribuição. Vamos encerrar a nossa sessão especial com as considerações finais do nosso querido amigo Dr. Paulo Emílio.

O Dr. PAULO EMÍLIO:- Sr. Deputado, quero, rapidamente, mais uma vez agradecer a oportunidade de poder participar dessa sessão especial. Ficou claro a necessidade de novas reuniões, envolvendo a Câmara setorial da CAR juntamente com a Sincar, Adab e todas as instituições parceiras para que realmente consigamos ter uma evolução exitosa e que, de uma vez por todas, possamos estruturar cada vez melhor a cadeia produtiva da carne pegando as palavras de Toninho, ele foi bastante objetivo. Faço reflexão a um slide, que colocamos no início, de que essa é uma ação multidisciplinar e integrada. Parabéns, Toninho, por suas colocações e realmente tem que ter o envolvimento de todos que presam pela saúde do consumidor e aqueles que estão preocupados com a saúde da população baiana.

Por último, quero reiterar a posição do nosso colega, Dr. Antônio, no que diz respeito a carne suína, que é a carne mais consumida no mundo, uma das carnes mais saudáveis, principalmente quando são obtidas de granjas produtoras de suínos, diferentemente do suíno que é produzido no fundo de quintal e isso reflete o problema do saneamento básico, porque esse suíno está se alimentando de fezes humanas e aí fechando parte do ciclo perigoso à saúde do homem, mas muito mais por reflexo de contaminação do próprio homem ao ambiente e não do suíno, porque o suíno é hospedeiro intermediário nesse processo.

Foi muito bom, Dr. Antônio, suas colocações, porque precisamos consumir mais carne suína, inclusive, o consumo per capta brasileiro é em torno de 17, 18 quilos, muito baixo comparado ao consumo de carne bovina e carne de frango, então tem um mercado crescente e pujante.



Deputado, ficamos à sua disposição na Adab, agradeço a Adriano e a Dr. Adolfo, colegas do nosso cotidiano, que muito têm lutado para poder buscar esse desenvolvimento da cadeia produtiva do nosso estado. Obrigado pela presença de todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 16/11/11

O Sr. PRESIDENTE (Mario Negromonte Júnior):- Muito obrigado Dr. Paulo Emílio quero parabenizá-lo pelo trabalho que dá continuidade ao trabalho que o Dr. Cássio fez na gestão antiga da Adab, você fez parte do corpo técnico também ajudando, aqui estão também Adolfo e Adriano que também têm participado das ações definitivas que concretizam o desenvolvimento de fiscalização de qualidade de carne para a Bahia.

Estamos muito felizes por sua contribuição. Eu acredito que este debate foi muito valioso para o setor e para a cadeia. Obviamente, este não foi o primeiro nem será o último. O debate foi bom para que posamos continuar o debate na Casa. Vou levar isso à Comissão de Agricultura na próxima terça-feira. No dia 29, deste mês, teremos uma audiência pública, depois da sessão especial do pãozinho baiano, outro projeto polêmico sobre a fécula da mandioca, para incentivar a mandiocultura no sertão. Temos esta sessão especial hoje. Toninho é do sertão e sabe da importância desta cultura.

Quero valorizar a carne suína. Eu estive com o representante da carne suína na Bahia e esta é uma das carnes mais saudáveis. Como um bom leitão, ali, em Tanque Novo. O prefeito e o ex-prefeito Juca fazem uma grande festa regada a muito leitão.

Nós sabemos da qualidade da carne. Mas o que Aderbal Fulco Caldas, como sertanejo, falava, e como Antônio e o próprio Paulo Emílio falaram muito bem, às vezes o leitão, o porco que é criado no fundo das casas, sem condições higiênicas, torna-se, obviamente, um hospedeiro de doenças. Isso se reflete em toda a cadeia suína.

Esta é outra questão que precisará de uma campanha, a fim de desmistificar a qualidade da carne suína, que começa a entrar na Bahia com mais força. Estive conversando com o presidente, e ele quer realmente levar, inclusive aos restaurantes baianos, alguns cardápios da carne suína, para que o consumidor baiano possa entender as contribuições, desta carne para a nossa saúde.

Para concluir, gostaria de agradecer a todos os deputados que passaram por aqui. Agradeço e nomino, mais uma vez, a ADAB, nas pessoas de Paulo Emílio, Adolfo e Adriano;



o secretário Eduardo Sales; o Sincar, na pessoa do presidente Júlio; José Antônio, pela grande contribuição que nos deu com o seu pronunciamento. Ele está certíssimo. Vamos fazer um relatório sobre a questão para, na próxima audiência pública, realizarmos um debate na Comissão de Saúde e na Comissão de Agricultura.

O chamamento será feito não só na Secretaria da Saúde do Estado, mas também na Secretaria da Educação. É muito importante que a juventude saiba, dentro da sala de aula, distinguir a carne clandestina de uma carne de qualidade. Como também a Secretaria da Segurança Pública. Os fiscais, junto com o Ministério Público, sentem-se inseguros nos trabalhos *in loco* do abate clandestino. Fiscais relataram, aqui, que foram agredidos. Portanto a Segurança Pública precisa envolver-se neste processo, bem como o Ministério Público. Contem com o nosso apoio.

Volto a dizer que, pela questão do feriado, houve certo comprometimento desta sessão, mas não do nosso trabalho. O nosso empenho é o de continuar chamando e envolvendo outras secretarias e outros órgãos para o debate.

Agradeço a Yêda Brito, agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste, que muito tem contribuído para o desenvolvimento da pecuária no Oeste, no Semi-árido e em todas as regiões. Leve um abraço para o superintendente, Nilo, nosso amigo, para o Ferraro também, que muito nos tem atendido, atendendo aos agricultores familiares e aos grandes produtores do Oeste como ninguém.

Agradeço também a Jorge Mota Amorim, diretor executivo do Sincar, por sua contribuição; a Alber Rezende, que veio de Conquista dar sua contribuição com suas palavras.

Acho que cumprimentei todos, a quem agradeço pelos elogios.

Na verdade, são ações como esta aqui, um debate como esse que fazem com que tenhamos orgulho de sermos representantes do povo, por mais que seja uma sessão depois da qual tenhamos que levar um relatório às comissões, ao governador e às secretarias. Vou encaminhar isso a todas as secretarias pertinentes: Segurança Pública, Saúde, Educação e Agricultura – é importante que elas tenham esse documento –, e ao próprio governador.



Com ações como esta, mostramos à sociedade, que nos colocou aqui, que queremos, realmente, contribuir. Nosso objetivo é puramente esse: contribuirmos com um setor que sabemos que precisa e muito, Júlio e Paulo Emílio.

Inclusive, e vou colocar isso no relatório, já que a ADAB ajudou o governo do Estado a economizar R\$ 11 milhões na compra das vacinas contra a febre aftosa, porque não usar esses recursos para incrementar a ADAB. Quem sabe não são os R\$ 11 milhões que a ADAB precisa para aumentar o número de fiscais por todo o Estado ou, quem sabe, também ajudar na campanha.

Quero dizer que a campanha conta com todo nosso apoio. Acho que o governo pode fazer isso, mas o meu gabinete vai fazer essa campanha, por meio de *folders* e folhetos, na UPB para envolvermos, cada vez mais, os prefeitos com a fiscalização, a comercialização e na ajuda para a inspeção dos frigoríficos.

Acho que os prefeitos têm ajudado, e muito. Quero fazer referência ao prefeito Elson, que está aqui e é uma pessoa muito comprometida com isso. Os prefeitos ajudam muito. Mas para eles há uma carga muito grande, sabemos, na questão da Segurança Pública, dos delegados, dos agentes, uma sobrecarga de algo que não lhes competem. Mas tenho certeza que se o prefeito puder dispor disso, vai ajudar, e muito, na questão da saúde pública em sua gestão, beneficiando o consumidor e a comunidade.

Elson, você que é ligado a agricultura em sua região, com as carnes suína e bovina também, fica a sugestão para que faça esse chamamento lá, no Vale do Paramirim todo, para que possamos ajudar em relação a isso. Conte com o nosso apoio nessa campanha para envolvermos a UPB nela, e a UPB, juntamente com o governo do Estado, levar isso às prefeituras.

Uma outra campanha na qual vocês podem contar conosco, senão com todos os deputados, mas com a maioria, é em relação à questão da terceirização. Acredito que o Estado pode avançar muito, sobretudo como foi colocado aqui.

Falei agora com Paulo Emílio, e o deputado Joacy também falou, que o boi de 10 arrobas é, às vezes, em Irecê ou numa região como a minha, de Paulo Afonso, considerado um boi menor, magro. Acredito que com a terceirização, com o modelo de matadouros e



frigoríficos terceirizados, vocês poderão pegar o animal, seja qual for o tamanho e peso, abatê-lo e devolvê-lo ao proprietário para ele mesmo comercializar a carne. Difícil é o modelo em que o frigorífico compra o boi, abate-o e depois o açougueiro tem que comprar a carcaça do frigorífico. Esse modelo é um pouco complicado.

Acredito, obviamente, que precisamos respeitar todos os modelos. Mas dentro do que foi colocado aqui, o melhor modelo a ser seguido, inclusive, pelo governo do estado, nesses novos 23, que estarão aí, será nessa questão da terceirização.

Então contem conosco nessa proposta, inclusive, nessa questão do combate clandestino e mostrar a eles que não existe a desoneração. Acho que a multa é muito mais severa. O que se paga de multas em relação a eles! Se vai aumentar a fiscalização, eles precisam saber que existirá um imposto a ser pago e todos os clandestinos sendo pegos pagarão uma multa ainda mais salgada.

Vamos preparar este relatório e passar para todos vocês. Tenho certeza que continuaremos. Temos aqui o deputado Rosemberg que tem ajudado muito nessa questão do combate ao abate clandestino. Inclusive, fez uma audiência no Direito do Consumidor e muito nos honra nesse momento com a sua presença. Mas quero dizer que queremos, deputado Rosemberg, contribuir e ampliar ainda mais.

Sinto-me muito honrado em ter sido o proponente desta sessão especial. Mas saio daqui muito feliz pelas contribuições que Vossas Senhorias e Excelências deram. Saio daqui com plena certeza de que precisamos avançar muito mais. Agradeço imensamente, mais uma vez, a presença de todos vocês.

Declaro encerrada a presente sessão especial.